

Patricia Hofmã

**Literatura e sociedade em *Chiquinho*: correspondências entre  
intelectualidade e caboverdianidade**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO - PR

2019

PATRICIA HOFMÃ

**Literatura e sociedade em *Chiquinho*: correspondências entre  
intelectualidade e caboverdianidade**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (PPGL) – Mestrado em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Linguagem, cultura e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier

PATO BRANCO - PR

2019

H713I Hofmã, Patricia.  
Literatura e sociedade em Chiquinho: correspondências entre  
intelectualidade e caboverdianidade / Patricia Hofmã. -- 2019.  
95 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Alexandre de Carvalho Xavier  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do  
Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pato Branco, PR,  
2019.  
Bibliografia: f. 92 - 95.

1. Literatura comparada. 2. Literatura - Análise. 3. Ficção cabo-  
verdiana. 4. Capital intelectual. 4. Homens – Identidade. I. Xavier,  
Rodrigo Alexandre de Carvalho, orient. II. Universidade Tecnológica  
Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 22. ed. 469

Ficha Catalográfica elaborada por  
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630  
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Câmpus - Pato Branco



Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Letras

---

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**Título da Dissertação n.º 36**

***“Literatura e Sociedade em Chiquinho: Correspondências entre Intelectualidade e Caboverdianidade”***

por

**Patrícia Hofmã**

Dissertação apresentada às quatorze horas, do dia vinte e três de maio de dois mil e dezenove, como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM LETRAS pelo Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco. A candidata foi arguida pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Banca examinadora:

---

**Prof. Dr. Rodrigo Alexandre de  
Carvalho Xavier**  
(orientador - participação à distância)  
UFRJ/RJ

---

**Profª. Drª. Mariese Ribas  
Stankiewicz**  
(presidente)  
UTFPR/PB

---

**Profª. Drª. Mirian Ruffini**  
UTFPR/PB

---

**Profª. Drª. Renata Flávia da Silva**  
(participação à distância)  
UFF/RJ

---

**Prof. Dr. Marcos Hidemi de Lima**  
Coordenador do Programa de Pós-  
Graduação em Letras – UTFPR

A via deste termo, devidamente assinada, encontra-se arquivada na Coordenação do PPGL.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, gostaria de agradecer ao professor Rodrigo, por acreditar em meu potencial e acompanhar esta trajetória, oferecendo-me suporte e contribuindo sempre, de muitas maneiras, para a realização desta pesquisa.

Aos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, câmpus Pato Branco, por todas as lições, ensinamentos e incentivo.

Agradeço também aos colegas de mestrado que compartilharam comigo todas as angústias e alegrias desta caminhada.

Por fim, agradeço aos meus familiares, amigos e a todos que, de uma maneira ou outra, me incentivaram e contribuíram para o término de mais esta etapa.

“Escrever é esquecer. A literatura é a maneira  
mais agradável de ignorar a vida. ”

(Fernando Pessoa)

## RESUMO

A presente pesquisa intenta demonstrar a relação entre a intelectualidade caboverdiana e a caboverdianidade. Pretende-se confrontar o conteúdo dos textos teóricos com o texto do romance, *Chiquinho* (1947), do escritor Baltasar Lopes, de modo a verificar possíveis contornos ou traços que unifiquem, de maneira particular, uma identidade caboverdiana, como elemento legitimador do projeto idealizado pela geração claridosa, dando ênfase às relações estabelecidas entre o processo de construção da identidade nacional e a intelectualidade caboverdiana. A obra em análise, publicada pela primeira vez em 1947, foi concebida como o primeiro romance verdadeiramente caboverdiano, tornando-se parte do processo de formação literária de Cabo Verde. A narrativa, dividida em três partes, pode ser classificada como um romance de aprendizagem, pois apresenta a trajetória do protagonista Chiquinho, desde sua infância, juventude, até sua vida adulta. O romance contempla aspectos da vivência no arquipélago, como a dura realidade das secas e da fome que atinge a população, bem como suas peculiaridades culturais, as narrativas orais, a língua crioula e as mornas. Além disso, o texto também aborda a questão do evasãoismo e do engajamento intelectual como componentes da identidade do homem caboverdiano. O embasamento teórico contempla uma abordagem dos aspectos de povoamento e formação da sociedade caboverdiana, a conceituação de “intelectual”, baseada nas teorizações de autores como Gramsci, Edward Said e Alfonso Berardinelli, além de um sintético percurso pela formação da literatura caboverdiana.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cabo Verde. Identidade. Intelectual

## ABSTRACT

The present research intends to demonstrate the relation between the Cape Verdean intellectuality and Cape Verdianity. Also intends to confront the contents of theoretical texts with the novel *Chiquinho* (1947), by the writer Baltasar Lopes, in order to verify possible contours or features that unify, in a particular way, a Cape Verdean identity as a legitimizing element of a project idealized by the “claridosa” generation, emphasizing the relations established between the process of construction of the national identity and the Cape Verdean intellectuality. The novel under analysis, was first published in 1947 and it was considered as the first truly Cape Verdean novel, becoming part of Cape Verde's literary formation process. The narrative, divided into three parts, can be classified as a *Bildungsroman* text, because it presents the trajectory of the protagonist Chiquinho, from his childhood, youth, until his adulthood. The novel covers aspects of the archipelago's reality, as the harsh reality of droughts and hunger that affects the population, also its cultural peculiarities, such as oral narratives, the Creole language and the “mornas”. In addition, the text also presents the issue of evasionism and intellectual engagement as components of the identity of Cape Verdean individuals. The theoretical basis include a discussion of the aspects of settlement and formation of Cape Verde society, the concept of "intellectual", based on authors as Gramsci, Edward Said and Alfonso Berardinelli, and a synthetic route for the formation of Cape Verdean literature.

KEYWORDS: Cape Verdean. Identity. Intellectual.



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1 SOBRE A HISTÓRIA DE CABO VERDE: O POVOAMENTO DAS ILHAS E A FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO.....	14
1.1.2 Estrutura socioeconômica e administrativa.....	18
<b>2. O PAPEL DO INTELLECTUAL NA SOCIEDADE</b> .....	32
2.1. O INTELLECTUAL PARA GRAMSCI.....	34
2.2 O INTELLECTUAL PARA SAID .....	36
2. 3 O INTELLECTUAL PARA BERARDINELLI.....	46
<b>3. OS INTELLECTUAIS CABOVERDIANOS E A CONSTRUÇÃO DA CABOVERDIANIDADE</b> .....	52
3.1. TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS E A IDENTIDADE NACIONAL.....	52
3.2 UM PARÊNTE(SE) CHAMADO BRASIL .....	59
<b>4. ANÁLISE</b> .....	68
4.1 O INTELLECTUAL BALTASAR LOPES E A CABOVERDIANIDADE.....	68
4.2 O DRAMA DA EVASÃO OU DIÁSPORA CABOVERDIANA.....	72
4.2 A RELAÇÃO DA INTELLECTUALIDADE COM O DESPERTAR DA CABOVERDIANIDADE.....	80
4.2.1 O PROJETO DE CABOVERDIANIDADE EM <i>CHIQUINHO</i> .....	83
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	89
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	94

## 1 INTRODUÇÃO

Ao lermos uma obra é inevitável não pensar na relação que a mesma estabelece com o meio. Tal relação, de acordo com o sociólogo e crítico literário Antônio Cândido, é sempre dialética. Há interferências da obra no seu meio e, ao mesmo tempo, há interferências do meio sobre a produção dessa obra.

Tomando como base esta última situação, pode-se pensar em que medida o meio social está presente na obra e o quanto ela é social, ou seja, em que medida é interessada nos problemas sociais. Para os sociólogos e literatos modernos, a arte é social em dois sentidos:

[...] depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. (CÂNDIDO, 2006, p.30)

Isso quer dizer que a literatura, repleta de significados, é capaz de produzir sentimentos e percepções e, com isso, modificar comportamentos, dividir ou unificar, despertar para algo ou até distanciar de algo. Além disso, parafraseando o estudioso Antoine Compagnon (2009), a literatura constitui um movimento reflexivo e de experimentação. Nela articula-se um projeto de conhecimento do homem e do mundo.

Tal projeto de conhecimento do homem e do mundo<sup>1</sup>, a partir das influências que causa, pode provocar grandes mudanças, nos mais variados âmbitos de nossa sociedade. No entanto, para que este projeto se consolide, é preciso que alguns indivíduos, sensíveis e de refinada percepção, voltem seu olhar às questões que, por muitos motivos – sociais, econômicos, político, culturais ou de intelecto – não são discutidas. Esses indivíduos são comumente nomeados intelectuais. Isto quer dizer que é dever do intelectual, comprometer-se com o questionamento em última

---

<sup>1</sup> Se refere ao processo apontado por Jacob Burckhardt, em ensaio intitulado *A cultura do Renascimento na Itália*, (1860)

instância, levando os princípios de discussão de um tema às suas últimas consequências.

Porém, chamaríamos intelectuais todos aqueles que se destacam por uma percepção aguçada do mundo e das coisas e que estão dispostos a colocar certas pautas em discussão? É certo que não.

Ao longo da história, muito já se discutiu e se modificou acerca do conceito de intelectual. Desde Gramsci, Said e outros teóricos da atualidade, já se definiram “características” ou aspectos determinantes da personalidade intelectual. Há algo, porém, perceptível em todos os tipos de intelectual: a participação dos mesmos nos momentos mais determinantes da história, nos momentos em que houve grandes revoluções e mudanças de pensamento sobre o homem e o mundo.

É importante salientar nesta etapa, o aparecimento do intelectual literário, utilizando como referência o caso Dreyfus, ocorrido na França, em 1894. Ao escrever o famoso artigo *J’acuse (1898)*, saindo em defesa do homem que foi acusado e condenado, mesmo sendo inocente, Émile Zola não se cala diante da injustiça, posicionando-se e exercitando sua intelectualidade por meio da escrita. Pode-se dizer que esta foi a primeira vez na era moderna, em que se exerceu o papel de escritor como intelectual.

O fato é que, está no cerne do intelectual a participação em sociedade, a sua capacidade de perceber e transformar, de produzir e influenciar reflexões. Além de sua percepção aguçada, o intelectual pode influenciar julgamentos negativos e positivos, reforçar ou desmistificar ideologias, pois trabalham diretamente com o nosso intelecto e consciência, que refletem tudo o que somos e o modo como nos comportamos. De acordo com o filósofo político italiano Norberto Bobbio (1997),

Os intelectuais sempre existiram, pois sempre existiu em todas as sociedades, ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de ideias, de símbolos, de visões do mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra. (BOBBIO, 1997, p. 11)

Tomemos como exemplo disso, a questão da colonização. Muito além das lutas físicas entre colonizadores e colonizados, o domínio ou a libertação, as

disputas de poder sempre envolveram embates intelectuais. Por trás das batalhas, que se utilizam da força física, há sempre a manipulação do pensamento, as ideologias e, conseqüentemente, dos comportamentos que, por vezes, fizeram muitos povos colonizados “abandonarem” sua própria cultura em detrimento de outra que nada tinha a ver consigo, ou voltarem-se contra seus próprios irmãos.

Dentro desse movimento destaca-se aqui o caso de Cabo Verde, que assim como outras colônias portuguesas em África, por muito tempo voltou todos os seus esforços ao olhar consagrante da coroa portuguesa. Tal atitude, aliada aos escassos recursos econômicos do arquipélago e às condições climáticas, como os longos períodos de estiagem que agravavam as dificuldades de subsistência naquela terra, provocaram o abandono e o quase esquecimento do que tornava aqueles homens cabo-verdianos de fato, e do que aquelas ilhas significam para eles.

A partir da relativa “juventude” do país, dada a sua tardia independência, em 1975, e a partir do estudo da trajetória das ilhas, desde seu povoamento até sua independência, pode-se constatar que por muito tempo Cabo Verde esteve à mercê das influências portuguesas. Neste cenário, é mister realçar o papel dos intelectuais, que articularam a movimentação dos homens e mulheres caboverdianos pelo resgate de seu país. Mesmo em diferentes segmentos e períodos, todos os intelectuais caboverdianos tinham algo em comum, apontado por muitos teóricos e estudiosos como sendo a premissa fundamental para esses indivíduos: se posicionar perante inverdades e injustiças, tornando-se testemunhas e representantes dos desfavorecidos e por eles lutar.

Dito isto, destaca-se neste trabalho a função social da literatura, o papel que os intelectuais e as obras literárias desempenham nos processos de formação de uma sociedade, especificamente neste estudo, do sentimento da caboverdianidade, como é assim chamado o sentimento identitário caboverdiano. Para tal, a obra que servirá como objeto de estudo e fonte para as reflexões apontadas é *Chiquinho* (1947), um romance de aprendizagem, do escritor Baltasar Lopes da Silva, aclamado como primeiro romance genuinamente caboverdiano. Isto se deve, primeiramente, ao período de sua publicação, conhecido como a geração literária “claridosa”, cujo nome se refere ao surgimento do periódico *Claridade* (1936) - revista literária que acabou por revolucionar e consolidar o projeto literário

caboverdiano, justamente no momento em que se consolidava também a identidade do arquipélago.

Pode-se dizer que esta é ainda uma temática pouco explorada no cenário acadêmico dos círculos que se dedicam a estudar literatura cabo-verdiana. O que mais comumente se vê são estudos de teor comparativo entre as literaturas caboverdiana e brasileira, quase sempre acentuando o quanto a primeira foi influenciada pela segunda. Neste sentido, uma das principais justificativas deste trabalho é abordar alguns aspectos da literatura caboverdiana, sem desconsiderar sua relação com outras literaturas, porém considerando-a em suas singularidades, contribuindo assim para sua ascensão e devido reconhecimento no cenário literário.

A abordagem inicial será um breve resgate de caráter historiográfico sobre as condições de colonização e posterior formação da sociedade caboverdiana, porém, já indicando a importância dada à educação e as influências da formação intelectual em todos os segmentos das ilhas. Além disso, haverá uma breve abordagem sobre a apática participação de Cabo Verde no contexto da Guerra Colonial, a relação de Cabo Verde com a metrópole colonizadora e como isso também influenciou a identidade do arquipélago.

Em seguida, é indicado o direcionamento teórico a ser seguido: disserta-se sobre considerações de Antônio Gramsci, Edward Said, Alfonso Berardinelli, entre outros, que apontam para possíveis definições do intelectual, com enfoque no papel do intelectual escritor e sua relação com a sociedade.

Na terceira parte, pretende-se alinhar o que foi anteriormente citado com o caso específico de Cabo Verde, onde as trajetórias intelectuais se confundem com a trajetória identitária nacional. Além disso, verifica-se como os movimentos intelectuais, por meio da imprensa, iniciam uma tomada de consciência coletiva, na tentativa de formular uma identidade nacional desvinculada das raízes coloniais. Faz-se, assim, uma curta abordagem da trajetória literária caboverdiana, alinhada com as diferentes identidades nacionais formuladas pela literatura ao longo da história de Cabo Verde. Destaca-se, inclusive, a participação de intelectuais de fora das ilhas nesses movimentos, como os brasileiros, que muito influenciaram os escritores da geração claridosa a ajustar suas lentes, de modo a observar com mais atenção o território nacional caboverdiano.

Por fim, na análise, pretende-se explorar e identificar as influências e correspondências entre a trajetória intelectual do indivíduo caboverdiano e a trajetória de formação da identidade nacional. Serão destacadas algumas marcas da cultura caboverdiana, como a tradição oral, a questão do evasãoismo vivenciada pelos sujeitos caboverdianos e, ainda, como se desenvolvem os modos de vida dos que emigram e dos que permanecem nas ilhas, aspectos estes que contribuem para a construção de uma identidade singular do arquipélago.

Pelo fato de ser um romance de aprendizagem, está bem clara a trajetória de desenvolvimento da personagem protagonista, *Chiquinho*, mas, muito além disso, intenciona-se demonstrar como se dá a tomada de consciência do homem caboverdiano para a sua caboverdianidade, movimento que só se torna possível, quando aliado à sua trajetória e participação intelectual na sociedade.

## 1.1 SOBRE A HISTÓRIA DE CABO VERDE: O POVOAMENTO DAS ILHAS E A FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO

Para melhor compreender o modo de ser e a essência de um povo, bem como a formação de uma nação, é preciso resgatar sua história, alguns momentos, fatos e episódios que a constituíram. Neste sentido, este capítulo pretende abordar os aspectos geográficos, históricos e sociopolíticos de Cabo Verde, antes concebido como um pequeno país desvalido de recursos naturais, sendo um dos mais pobres do continente, e que agora representa uma das nações mais estáveis e estruturadas de África.

Conhecido oficialmente como República de Cabo Verde, o arquipélago formado por dez ilhas, na maioria vulcânicas, situa-se na região central do Oceano Atlântico, a mais ou menos 570 quilômetros da África Ocidental e seu território abrange cerca de 4.000 quilômetros quadrados.

O grupo de dez ilhas, sendo nove delas habitadas, divide-se em dois conjuntos: as ilhas ao norte, chamadas ilhas de Barlavento (Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista e as ilhas desabitadas de Santa Luzia, Branco, Raso, dos Pássaros, Rabo de Junco, Sal Rei e do Baluarte); e ao sul, as ilhas de

Sotavento Maio, Santiago, Fogo e Brava – e as ilhas de Santa Maria, Grande, Rombo, Baixo, de Cima, do Rei, Luiz Verneiro, Sapado e da Areia.

Sabe-se que a descoberta das ilhas ocorreu entre 1460 e 1462, tornando-se um caso singular em relação às demais colônias africanas. Isto se deve ao fato de ser ainda um território despovoado no momento de seu descobrimento, o que desafiou os colonizadores a fixarem-se ali, povoando aquelas terras e criando condições de permanência. Essa tarefa apresentou-se de modo bastante árduo aos colonizadores portugueses, primeiro por se tratar de um espaço insular, depois pelo fato de mais da metade do território apresentar terras improdutivas.

De acordo com documentos da época da descoberta, os navegadores António da Noli e Diogo Afonso instalaram-se na ilha de Santiago, a mando do Infante D. Fernando, e formaram as primeiras capitânicas. Segundo Luís de Cadamosto (1462), mercador e navegador veneziano, as ilhas foram descobertas nestas circunstâncias:

Na noite seguinte assaltou-nos um temporal de sudoeste com vento forte; (...) Ao terceiro dia tivemos vista de terra, gritando todos terra, terra, e muito nos admirámos porque não sabíamos de naquelas paragens haver terra. Mandámos subir ao mastro dois homens, que descobriram duas grandes ilhas; o que, sabido de nós, demos graças a nosso Senhor Deus, que nos levava a ver coisas novas, pois bem sabíamos que destas ilhas não havia notícia alguma em Portugal (...) Foram e buscaram muito, mas não encontraram nem estradas nem vestígios pelos quais se pudesse entender que fôsse habitada. (CADAMOSTO *apud* CARVALHO; MADEIRA, 2015, p. 37)

Além disso, era escassa a cobertura vegetal do território, devido ao fraco nível de umidade, que aliado aos efeitos da erosão no solo, tornavam muito reduzido o percentual de terras lavráveis e cultiváveis. De acordo com Antônio Carreira, as ilhas de Cabo Verde,

são áridas, as terras aráveis são escassas, desprovidas de vegetação de tipo arbóreo. Umas possuem um sistema orográfico de acentuado relevo, com vales profundos, onde se situam as ribeiras e terras húmidas (Santiago, Santo Antão, São Nicolau e um pouco do Fogo). Outras são planas, formadas por autênticos areais, particularmente improdutivos (Maio, Sal e Boavista). (CARREIRA *apud* CARVALHO; MADEIRA, 2015, p. 35)

Pelo fato de algumas ilhas situarem-se próximas ao deserto do Saara, a pluviosidade do arquipélago é bastante instável. Ora as estiagens são frequentes e

prolongadas, até mesmo cíclicas - de cinco em cinco anos ou de sete em sete anos - ora as precipitações pluviométricas são irregulares, tornando difícil a germinação e o desenvolvimento das plantas. Ambos os fatores provocam o declínio da produção de gêneros de sustentação, desencadeando graves períodos de fome e miséria.

Devido a sua localização próxima da faixa de Sahel e ao clima bastante seco, o arquipélago está incluso no programa contra a desertificação. A temperatura anual varia entre 22°C e 26°C, o clima é tropical, com duas estações: seca e húmida, fator que, como anteriormente mencionado, prejudica muito a agricultura e a ecologia do território.

As ilhas de Barlavento, pela posição geográfica, são mais beneficiadas pelas chuvas. No entanto, o solo pobre em matéria orgânica reduz os recursos naturais, tornando-os bastante raros e escassos. Além disso, os recursos minerais se limitam à areia e cascalho, fazendo de Cabo Verde uma colônia economicamente desvalida e, portanto, menos importante para a coroa portuguesa.

Quando os portugueses lá chegaram, além de não encontrarem nenhum habitante, também não havia qualquer espécie vegetal da qual pudessem se alimentar. Foi preciso introduzir, de imediato, atividades agrícolas de modo a cultivar alimentos necessários à subsistência. As sementes que se experimentaram no início foram aquelas com as quais os portugueses eram mais familiares, como alguns cereais (trigo, centeio, cevada), vinhas e oliveiras. No entanto, dadas as condições climáticas do arquipélago, poucas dessas plantas vinham a vingar.

De fato, a ocupação das ilhas não foi tarefa fácil para os colonizadores portugueses. Muitos alegavam não querer lá se fixar devido a longa distância do reino e às difíceis condições de povoamento e cultivo daquele território. Para tanto, o rei de Portugal na época, D. Afonso V, publicou uma carta em 1466, na qual oferecia alguns privilégios àqueles que fossem habitar a Ilha de Santiago.

Tal documento trata de privilégios, sobretudo, econômicos e comerciais, como o direito à comercialização dos produtos onde e a quem quisessem ou a quitação de alguns impostos junto à coroa portuguesa. Feito isso, segundo o estudioso e também embaixador de Cabo Verde no Brasil, Daniel A. Pereira (2005) “Não havendo praticamente recursos locais, ou face ao seu reduzido valor, foi dada primazia às actividades do comércio e da navegação.” (PEREIRA, 2005, p. 35). Ou seja, a partir daí, a importância do território caboverdiano passa a estar



fundamentalmente ligada às atividades do comércio e navegação. De acordo com o autor,

[...] a atração de colonos, provocada pela autorização de os mesmos poderem comerciar na Costa da Guiné, em condições muito vantajosas e favoráveis, fez com que, a partir desta data, se não em ritmo acelerado, à semelhança do que se processava em Madeira e nos Açores, Ribeira Grande prosperasse. (PEREIRA, 2005, p. 37)

Além disso, a carta régia já referida, concedeu também que os moradores da ilha de Santiago pudessem resgatar e comercializar escravos na costa ocidental africana, entre Senegal e o norte de Serra Leoa, o que auxiliou no rápido povoamento da ilha, transformando Ribeira Grande num entreposto de venda de escravos.

Além da motivação econômica que movia os portugueses na colonização das ilhas, também a ideologia religiosa, cuja instituição era uma força muito poderosa e influente na época das descobertas, facilitou o processo de povoamento das ilhas. De acordo com Pereira,

[...] os fundamentos morais e jurídicos, que estiveram na base das conquistas e da colonização portuguesas, permitiam aquilo que, à luz da teologia medieval, se chamou de *guerra justa* “contra quaisquer infiéis assim mouros como gentios, ou quaisquer outros que por algum modo negaram algum modo negaram algum dos artigos da Santa fé católica... (PEREIRA, 2005, p. 38)

Tal ideologia religiosa acabou por legitimar o processo escravista nas ilhas, já que exigia a evangelização de pagãos e infiéis, mesmo sendo contra vontade dos mesmos, podendo estes ser condenados à escravatura perpétua. No entanto, tudo funcionou como um estratagema para obter a mão-de-obra necessária para mover a agricultura local, uma vez que mesmo quem era batizado e aceitava a fé cristã não ganhava direito à alforria.

Como já referido, Cabo Verde situava-se geoestrategicamente, funcionando como um elo de ligação entre os continentes europeu, americano e africano. Assim, constituiu também um campo de experimentação de plantas, animais e homens.

[...] o campo é mediterrânico, na forma como os terrenos são amanhados, as plantas são americanas e a alimentação é africana, o que nos confere

uma dimensão universal na nossa própria maneira de ser, em consequência da localização geográfica do arquipélago que, simultaneamente, funcionou como instrumento universalizador pela função que teve como receptor e irradiador dos elementos em presença na construção e permanência do factor humano nas ilhas. (PEREIRA, 2005)

Além disso, para o historiador, não se pode negar ou esconder as influências negro-africanas na cultura de Cabo Verde. Para ele, a caboverdianidade carrega a marca do negro africano, e é uma das muitas que se pode identificar no “mosaico cultural” que Cabo Verde constitui. Essa mestiçagem cultural é o que dá origem à universalidade dos padrões culturais e comportamentais caboverdianos.

Segundo alguns teóricos da colonização,

Angola era o grande território para a expansão portuguesa, Moçambique era o segundo colosso, com imensas riquezas a serem exploradas, S. Tomé é a pequena ilha próspera pela produção de cacau e Cabo Verde destacava-se pela posição estratégica no atlântico. (ANJOS, 2006, p. 100)

Neste sentido, o arquipélago destacou-se no período colonial, não pela proporção de recursos econômicos, mas pela posição geográfica, situada entre África, Europa e América, o que veio a facilitar o tráfico negreiro entre esses territórios. No entanto, o mais importante é o fato de que essa localização fundou a base para o discurso sobre a identidade caboverdiana. Aos poucos, Cabo Verde vai se tornando um espaço de multiculturalidade, pois passa a partilhar traços culturais dos três continentes com os quais se avizinha.

Por ser um território bastante pobre em recursos naturais, a intelectualidade caboverdiana passa a apontar as “vantagens” dessa posição geográfica estratégica, como a principal riqueza do arquipélago. Além disso, para eles, o que se destacava no arquipélago eram as grandezas cultural e intelectual.

### 1.1.2 Estrutura socioeconômica e administrativa

Segundo a maioria dos documentos históricos oficiais, a política implementada para a ocupação das ilhas de Cabo Verde consistiu na implantação de capitánias. Isto se deu, principalmente, devido aos escassos recursos da coroa portuguesa, que se sentia obrigada a outorgar seus territórios a pessoas de

confiança. Ao infante D. Fernando e outros donatários, além do senhorio das ilhas “era-lhes permitida a extração de ‘madeiras, pescarias, coral, tintas mineiras, panceos... era de sua competência a jurisdição do civil e do crime.” (PEREIRA, 2005, p. 44).

Para o historiador Joel Serrão (1971)

[...] o estado português viu no estabelecimento de capitânias/donatarias um meio de povoar e tornar produtivas as terras descobertas, sem despesas do tesouro público, e ao mesmo tempo uma possibilidade de empregar a nobreza que se queixava da baixa dos seus réditos consciente de que, perante a transformação económica que a Europa então atravessava, a terra já não podia ser a base da posição social. (SERRÃO *apud* PEREIRA, 2005, p. 45)

Assim, pode-se dizer que entre os séculos XVII e XVIII a sociedade caboverdiana vivenciou a formação de suas elites administrativas e econômicas. A chamada “elite colonial” foi criada no período que compreende desde o processo de povoamento até a primeira década do século XVII. A partir daí, surgem os conhecidos como “filhos da terra” e formam as elites locais, constituídas somente por indivíduos nativos do arquipélago.

De acordo com Carvalho e Madeira (2015) tais elites adotaram um modelo de organização socioeconômica peculiar, comparando-o aos adotados pelas outras colônias do império português. Nele, o comércio era a principal base estruturante da economia de Cabo Verde. Isto, porque ali começaram a fixar-se “homens cujo modo de vida consistia no comércio marítimo e internacional.” (CORREIA; SILVA *apud* CARVALHO; MADEIRA, 2015, p. 45). Graças a sua posição geográfica, que permitia o comércio transatlântico com rapidez, Cabo Verde tornou-se um grande mercado.

Até meados do século XIX estabelecem-se relações de desigualdade e estratificação na sociedade caboverdiana, organizada hierarquicamente em posições socioeconômicas, que coincidiam com a origem étnica dos indivíduos. No topo desta pirâmide socioeconômica está uma minoria branca, cujas famílias detêm as maiores e melhores extensões de terra, bem como o monopólio das funções administrativas. Na zona intermediária

[...] a hierarquia de prestígio e posses econômicas corresponde, quase rigidamente, à gradação epidérmica que vai de brancos pequenos proprietários, a uma camada intermediária de mestiços sesmeiros, rendeiros

e depois meeiros, artesãos, pequenos comerciantes e trabalhadores assalariados (agrícolas e públicos) até os negros escravos e camponeses sem terra marginalizados. (ANJOS, 2006, p. 33)

Um fator importante para a estruturação econômica, administrativa e social do arquipélago foi a fixação de colonos e africanos - escravos ou homens livres. Neste sentido, o tráfico de escravos foi muito importante nesse processo, pois ao passo que permitia um progressivo desenvolvimento econômico, permitia também certa autonomia dos colonos, com relação à coroa portuguesa.

Resultado da fixação de africanos e colonos, no século XVII, havia um elevado número de habitantes negros e mulatos no arquipélago. Já no final do século XVIII e início do XIX, o número de brancos residentes nas ilhas era bastante reduzido, comparado ao número de negros e mulatos. Dentre os 58.401 habitantes, 25.250 eram mulatos, 5.109 pretos escravos e 27.290 pretos forros, tornando quase que insignificante o número de brancos habitantes da colônia.

Como já mencionado, ainda que negra a maioria da população, os habitantes brancos dominavam o cenário administrativo e econômico da colônia. No entanto, o movimento da mestiçagem, da miscigenação das culturas europeia e africana, gera certa crise nessa ordem hierárquica, ocasionando profundos deslocamentos na estrutura social caboverdiana. A categoria étnica branca, até então dominante, sofre um relativo desaparecimento, dando espaço à ascensão de indivíduos não-brancos, provocando o surgimento de novas relações e representações sociais.

De acordo com o estudioso José Carlos Gomes dos Anjos (2006),

[...] até fins do século XIX, a sociedade colonizada cabo-verdiana se estruturava sob a dominação racial de uma minoria branca sobre a maioria negra da população; em fins do século XX Cabo Verde é uma sociedade estruturada sob a dominação de elites que, pela manipulação dos códigos político-culturais ocidentais, fazem a mediação entre o sistema internacional e a população local.[...] (ANJOS, 2006, p. 18)

Pode-se dizer que, “desaparecem internamente as contraposições assentes em critérios raciais e/ou étnicos” (ANJOS, 2006, p.18). Começam a se formar, então, as elites culturais, intelectuais brancos, negros ou mulatos, que se destacam pelo desempenho na manipulação dos códigos ocidentais. Posteriormente essa “elite local” afirmar-se progressivamente na administração local.

Além disso, os cargos da administração não importavam aos grandes proprietários de terra, pois sua condição financeira lhes possibilitava agir de maneira arbitrária, mesmo contra os preceitos da justiça oficial. Longe das autoridades coloniais poderiam exercer domínio completo sobre os camponeses e seus escravos. Também estes fatores deixam livre o acesso dos mestiços às repartições públicas.

Na opinião do historiador Daniel António Pereira (2005), frente a recusa dos brancos em ir fixar-se nas ilhas e a decorrente ausência da administração portuguesa na colônia, o mulato caboverdiano se autocolonizou, pois teve de arcar com a responsabilidade de povoamento e administração do território. Para ele, podemos afirmar que “Cabo Verde, dentro dos condicionalismos históricos mais diversos que o têm rodeado (secas, fomes, sistema econômico-social da escravatura, o esquecimento a que foi votado), tem sido obra de caboverdianos.” (PEREIRA, 2005, p. 62)

Ainda, para o mesmo autor, a sociedade patriarcal como a que se formou, com as monoculturas de cana-de-açúcar e algodão, que exigiam grandes proporções de mão-de-obra escrava, a escassa presença do branco do Reino e as questões físicas e geográficas do território contribuíram para a “democratização” da sociedade caboverdiana, à uma certa horizontalidade social, em que ao mestiço “não molestavam os complexos de inferioridade” como em outros espaços, como foi o caso do Brasil.

O fato é que a determinação do estatuto social não dependia da coloração cutânea, mas da situação econômica do indivíduo. Sendo assim, estando os mulatos a ocupar cargos administrativos que lhes forneciam a devida ascensão social, eram vistos pela sociedade como brancos.

Essa nova “elite” colonial, formada por mestiços, surge primeiramente na Ilha do Fogo, Santo Antão, São Nicolau e, posteriormente, São Vicente, e passa a funcionar como entidade mediadora entre o povo da colônia e as autoridades coloniais. De acordo com Anjos, “Foi nessa conjuntura de transformações, do início do século, que tornou possível que um grupo social inventasse a caboverdianidade como traço cultural comum a todos os caboverdianos.” (ANJOS, 2006, p. 42)

Dadas as condições climáticas e territoriais, que tornavam dura a sobrevivência no arquipélago, europeus e africanos são impulsionados a iniciar um

movimento de aproximação e partilha de recursos, saberes e valores culturais. Esse encontro de duas culturas diferentes fez com que cada uma se desmembrasse de seu tronco original, fazendo crescer o sentimento de proximidade entre essas culturas, facilitando o intercâmbio entre elas.

Como resultado dessa miscigenação surge a figura do mestiço que, assim como no caso do Brasil, torna-se um elemento fundador, que ajuda a afirmar uma identidade nacional própria - a caboverdianidade. Tais “filhos da terra”, como anteriormente mencionado, é que vão reivindicar lugares de participação nas repartições administrativas da colônia e vão, aos poucos, ocupando lugares importantes na sociedade caboverdiana.

Com a ascensão gradual dos mestiços “filhos da terra,” quer na conjuntura política, quer na económica ou social, estes passam a adquirir cargos reconhecidos, tanto no âmbito literário, como no cultural. O mestiço passa a simbolizar a luta pela afirmação cultural e conquista de direitos na sociedade cabo-verdiana.(MADEIRA, 2014,p.09)

Dessa forma, devido ao processo de miscigenação, a identidade caboverdiana e a raiz de sua formação encontram-se vinculadas a duas culturas distintas: a africana e a europeia.

É crucial neste ponto da pesquisa esclarecer o que se está chamando identidade. Para tanto, tomemos como embasamento teórico as considerações de Zygmunt Bauman e Stuart Hall, considerando as reflexões de ambos no contexto da modernidade.

De acordo com Bauman (2001), a identidade não se constitui como fixa ou sólida, mas mutável, sujeita às ações e decisões tomadas pelo ser humano, às suas experiências e vivências, além de vincular-se às tendências de cada época. Ou seja, muito do que constitui o ser humano está diretamente ligado ao contexto em que ele está inserido e às formas de interação estabelecidas por ele nesse meio social.

Nesse sentido, para Hall

A identidade é formada na interação entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o ‘eu’ real, mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem. “ (HALL, 2011, p.11).

Assim, a partir das condições históricas e culturais às quais o indivíduo está vinculado, como um processo constante e dinâmico, se dá a sua formação identitária, um procedimento em constante devir.

A esta concepção de identidade, Hall atribui o sujeito sociológico. Uma visão que surgiu no fim do século XIX, estendendo-se também ao século XX. Trata-se da descoberta de que o sujeito não é autônomo como antes se imaginava, com uma identidade fixa, mas que se constrói dialogicamente em interação com o meio. Tal noção de identidade depende de uma estrutura social, e sua formação está diretamente vinculada a esta estrutura. Neste sentido, ao falar de identidade caboverdiana, destaca-se como pontos de observação a sua hibridez e constante modificação e o modo como vai sendo construída, de modo dialético com o meio e também a mercê das mudanças sofridas nesse meio.

Além disso, de acordo com alguns estudiosos sobre o assunto, a formação da nação caboverdiana precede a formação do Estado, pois os homens e mulheres caboverdianos demonstraram-se imbuídos de um forte sentimento nacionalista ainda no período colonial:

Com o decorrer do tempo, durante a fase colonial, começa a brotar, de forma evolutiva, o que poderia designar-se de 'sentimento' nacional ou nacionalista, com fugas de escravos, revoltas de camponeses pobres, protestos de comerciantes nativos e da própria administração local, face ao abandono da metrópole; com o surto da 'consciencialização' de uma especialidade sócio-cultural própria (GRAÇA apud MADEIRA, 2014, p. 10)

Para muitos, essa identidade mestiça foi uma invenção, na tentativa de agrupar todo o povo caboverdiano como igual, no que concerne a formação étnica. Para Anjos (2006) "A reconversão da dominação assente sobre o capital social (com pressupostos racistas) em dominação assente sobre o capital cultural está no cerne do aparecimento da identidade mestiça." (ANJOS, 2006, p.65). Ou seja, a criação da identidade mestiça corresponde às necessidades sociais vigentes.

Com a redução da população branca, face ao aumento da população negra e mestiça, o povo caboverdiano se depara com a possibilidade de combater o poder colonial, orientando e regendo a si mesmo. Nesse contexto, há aqueles que se sentem ainda confinados aos laços servis em relação a administração colonial e os

que partilham uma espécie de irmandade e comungam do sentimento de filiação à terra e insatisfação com a má administração da coroa portuguesa.

Sendo assim, a figura do mestiço torna-se símbolo do movimento pela luta identitária em Cabo Verde. Os caboverdianos começam a reivindicar que os “filhos da terra”, como eram chamados os nativos, passem a ocupar cargos nas repartições públicas, pois ao contrário dos portugueses, quem melhor conhecia seu território e melhor poderia falar por ele, eram os que ali nasceram e partilhavam do mesmo sentimento de bem comum.

Assim, para figuras como Loff de Vasconcellos, um grande ativista caboverdiano, o progresso da nação cabo-verdiana deveria estar associado à “utilização das melhores capacidades dos “filhos da terra”. (ANJOS, 2006, p. 68). Isso porque havia, naquela época, uma grande distância entre a administração ausente e repressiva da metrópole e a população miserável. De acordo com Vasconcellos,

Subjugado há tantos séculos, votado ao maior desprezo, o filho de Cabo Verde está em tal estado de inconsciência e de enervamento moral que difícil é arrancá-lo da catalepsia que o ataca. Considerado pela metrópole criatura inferior, ele não se esforça para protestar contra tal opinião, antes se conforma com ela, para não se incomodar.” (VASCONCELLOS *apud* ANJOS, 2006, p. 69)

Como anteriormente mencionado, devido aos escassos recursos naturais e minerais e às frequentes estiagens que prejudicavam o desenvolvimento da agricultura, Cabo Verde era uma colônia bastante esquecida pela metrópole. Tal fator se verificava na falta de investimentos econômicos ou mesmo estruturais, que pudessem garantir condições básicas de subsistência à população local. Como não podia obter grandes lucros daquele território, a colônia portuguesa também não se preocupava em investir em Cabo Verde e nem atender às necessidades daquele povo.

Em decorrência das grandes secas e da partilha de bens entre herdeiros, os grandes proprietários de terra vão aos poucos perdendo os bens que sustentavam sua posição social privilegiada. É justamente neste momento da história de Cabo Verde que a influência literária entra em cena. A literatura começa a apontar para a superação dos conflitos sociais, a partir do surgimento de uma nova ordem social, que é a dos mestiços. Surge um pequeno grupo político que passa a organizar



estratégias ligadas à investimentos escolares, como alavanca para uma nova forma de ascensão social. Neste sentido,

[...] ao escritor caboverdiano parece-nos de aplicar a definição do ator, como “manipulador de sentido”, entendido como alguém (individual ou coletivo) que, de modo sistemático, se esforça por captar um sistema de significados coerente, modificar ou sugerir algumas características, de forma a tornar significativo um novo encadeamento político. (ANJOS, 2006, p.37)

Atitudes e modos de ser que dizem muito a respeito da importância e influência dos intelectuais na sociedade. O intelectual, como um perspicaz observador da realidade, é capaz de modificar o meio em que está inserido. No contexto caboverdiano, quando o país era ainda uma colônia de Portugal, foram os movimentos intelectuais que primeiro desencadearam o despertar da consciência nacional daquele povo na busca pela libertação e construção de sua identidade.

Neste sentido, é importante citar, nesta altura, um pouco da trajetória do ensino em Cabo Verde, como um elemento no desenvolvimento e libertação nacional. Devido às reformulações das estruturas sociais que se operavam na sociedade cabo-verdiana, os investimentos na área educacional ganham lugar-chave. Já no século XVII, seis ilhas (Brava, Santo Antão, São Nicolau, Santiago, Fogo e S. Vicente) vão negociar com as autoridades metropolitanas, o ensino patrocinado pelo Estado. Entre 1841 e 1842 já funcionavam 12 escolas oficiais no arquipélago.

O maior investimento em ensino do fim do século passado foi em S. Nicolau. “Os professores oficialmente reconhecidos pertenciam ao clero, que controlava o sistema de ensino desde o povoamento das ilhas.” (ANJOS, 2006, p. 50). O ensino secundário só entraria em funcionamento na segunda metade do século XIX e o único estabelecimento de ensino do arquipélago situou-se na Ilha de São Vicente.

É no contexto entre as decadentes famílias brancas e as ascendentes famílias não-brancas que se originam as principais expressões intelectuais caboverdianas da viragem do século. De tais famílias brancas em processo de decadência advém os poetas José Lopes, Pedro Cardoso, Januário Leite e Eugênio Tavares. Esses poetas, que compuseram a geração nomeada como romântico-clássica, faziam parte de um grupo social que passou a disputar os cargos públicos com os enviados da metrópole e com as velhas elites brancas locais. Os frequentes

anos de seca tornam essa disputa por cargos públicos uma questão de sobrevivência e é justamente nas ilhas de maior produção agrícola que se formam os “intermediários” que, investindo em educação, passam a disputar os cargos públicos com a reduzida elite branca.

Tais intermediários ou mediadores, como passaremos a chamá-los a partir de agora, tomaram a responsabilidade pela mediação e comunicação entre os homens caboverdianos e a metrópole portuguesa. Esses indivíduos representavam a população nativa, defendendo seus interesses, ao passo que buscavam o equilíbrio entre o diálogo do povo e dos portugueses.

Esse grupo intelectual, que se forma a partir do Seminário de São Nicolau, fundado aproximadamente em meados do século XIX, era composto em sua totalidade por participantes do sistema local e localmente residentes, o que lhes conferia certo prestígio populista, fundamental nos processos de negociação junto à administração da colônia.

Outro fato importante diz respeito ao surgimento da imprensa em Cabo Verde, criada em 1842, com o *Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde*, e que desempenhou um papel muito importante na trajetória dos intelectuais do arquipélago, pois foi um dos seus principais empreendimentos. Conforme afirma Anjos (2006):

Na luta entre os grupos de intermediários pela mediação entre a população das ilhas e a administração colonial, os intelectuais constituíram a imprensa como espaço estratégico que simultaneamente cria Cabo Verde e os caboverdianos como o público ao qual se dirige, como objeto de apelo e por quem intercede, e define os letrados como mediadores por excelência, não mais de uma comunidade particular, mas para o conjunto das ilhas como localidade diante do império português; (ANJOS, 2006, p. 57)

Também em 1889, o intelectual Loff de Vasconcellos – figura já mencionada neste trabalho – estimula os leitores a se contrapor aos “de fora”, pessoas da administração colonial, vindas da metrópole. Forma-se então uma oposição entre “nossa terra”, que referenciava o conjunto das ilhas e a “grande pátria”, como era chamada a metrópole. Essa oposição entre “eles” e “nós” constituiu o cerne do patriotismo em Cabo Verde. Além disso, “O contraste com o elemento externo dissolve as diferenças internas nessa unidade de condição propósito de contribuir para o progresso local [...]” (ANJOS, 2006, p. 58)

Para o estudioso José Carlos Gomes dos Anjos (2006), se esse apelo em contrastar os “de fora” com os nativos ainda não é nacionalista, devia-se ao fato de que ainda existia, acima da província, “a pátria portuguesa como nível mais elevado de identidade.” (ANJOS, 2006, p. 59). Neste sentido, a temática mais frequente na imprensa da época tratava da reformulação de expectativas e comportamentos orientados para a nação, como se pode verificar nas palavras de Loff de Vasconcellos:

Inspirem-se nestes sentimentos os filhos de Cabo Verde, e aprendam estas virtudes que elevam o homem e realçam-lhe o carácter. Saiam deste entorpecimento que os alvita aos olhos dos estranhos! Envergonhem-se, ó homens de pouca fé, que outros de fora estejam a queimar cartuchos em proveito de vossa terra, e vós com um sorriso alvar bestial a contemplar este grandioso espetáculo com uma pacholice paquidérmica. (VASCONCELLOS apud ANJOS, 2006, p. 60)

Para a população, era uma estratégia fixar os intelectuais caboverdianos nos cargos da administração pública, para que fossem os mediadores de seus interesses junto à administração colonial, dado seu grande conhecimento das necessidades locais. Tal panorama provocou o questionamento do colonialismo português, que recorreu à formação de províncias africanas como regiões federalizadas ao Brasil - já independente - vislumbrando sua autonomia isolada ou sua colonização por uma outra potência europeia.

Os intelectuais se debruçam, então, em uma narrativa sobre a província caboverdiana e os ilustres cidadãos que ali tinham vivido. “No caso caboverdiano, ao vincularem-se figuras ilustres à terra, esta se constitui como uma unidade da qual se destacam “os filhos que souberam honrar o país”. (ANJOS, 2006, p. 62). Tal estratégia acaba formando uma unidade dos nativos, alicerçada no local de nascimento. Assim,

[...] fundamenta-se em túmulos mais ou menos ilustres o mito, ainda hoje em vigor, de que estas ilhas são particularmente bem dotadas em termos intelectuais, em compensação da ausência de recursos naturais. (ANJOS, 2006, p. 64)

É por meio da intelectualidade que o caboverdiano encontra forças para lutar por seus direitos. Ninguém melhor para defender tais direitos do que os integrantes

de sua própria nação. Considerando o fato de que o espaço público torna-se um espaço de negociação, cria-se também um perfil de personalidade exemplar para a intermediação entre o povo e administração colonial.

O mediador é aquele que, estando em meio à província, não teme a administração, é sensível à fome, às injustiças, à ignorância, às necessidades de seu povo e é, portanto, capaz de questionar a administração portuguesa. “Mediador, ele é aquele que, inserido na província, conclama a mocidade, fala sua língua, serve-lhe de exemplo.” (ANJOS, 2006, p. 69)

Tais implicações dos intelectuais caboverdianos em seu meio geram o que se lê em muitos estudos sobre Cabo Verde: que os caboverdianos, devido ao seu desenvolvimento intelectual e pureza de costumes, situavam-se acima dos povos das demais colônias portuguesas. “Nasce aí, a posição clássica na localização cultural de Cabo Verde: abaixo de Portugal e acima dos demais países africanos em termos “civilizacionais”. (ANJOS, 2006, p. 71)

Nesse ponto da história, opera-se um reajustamento da identidade da intelectualidade caboverdiana, causada pela tensão criada entre os funcionários da metrópole e a elite local, cada vez mais escolarizada, mas que ainda ocupava cargos secundários na administração pública. A intelectualidade que antes se identificava como branca, descendente de europeus, passa a se identificar com o local de origem e com o perfil fisionômico do mestiço, pois percebem que é o que partilha a maioria da população.

Esse reajustamento identitário da elite intelectual se configura como uma estratégia na conquista do espaço público e do poder, pois “tal redefinição de identidade não chega a colocar em causa o capital simbólico associado à identidade étnica, na medida em que essa elite continua definindo-se como acima dos africanos [...]” (ANJOS, 2006, p. 71)

Baseados nessa pretensão de certa superioridade em relação às demais colônias portuguesas, os intelectuais agora pertencentes à elite caboverdiana, passam a reivindicar tratamentos diferenciados por parte das autoridades coloniais. De acordo com Anjos (2006) ressalta-se, primeiramente, nos escritos caboverdianos, “que indivíduos não especializados passam a falar a linguagem da administração” e pretendem lidar com os problemas locais melhor do que “alguns patetas de Lisboa

que vêm encomendados, ganham demais, e sem competência. ” (ANJOS, 2006, p. 72)

Esses intelectuais defendem-se dizendo ter “aptidões” e afirmando que sendo os filhos mais bem posicionados de cada ilha e devido aos seus conhecimentos locais, são os mais capazes para estabelecer a mediação entre as ilhas e a metrópole portuguesa. Tal mediação

[...] é proposta como consulta aos ‘melhores filhos de cada ilha’ sobre os problemas locais, expulsão de parte dos enviados de Lisboa e que sejam encarregados esses filhos competentes da terra então marginalizados e esfomeados. (ANJOS, 2006, p. 72)

Reivindica-se o reconhecimento da capacidade e especificidade da intelectualidade caboverdiana na mediação entre a administração colonial e as necessidades locais. Os intelectuais solicitam a ampliação do ensino secundário ofertado na colônia, de modo que as disciplinas do Seminário de São Nicolau, onde o então consagrado poeta José Lopes havia cursado, fossem valorizadas no campo escolar português.

Por fim, ao falar da história de formação de Cabo Verde, cabe ainda nesta etapa um parêntese especial, que se refere ao contexto da Guerra Colonial e à participação do arquipélago nos combates pela descolonização de África. Sabe-se que o conflito que se iniciou em 1961 e só terminou em 1974, teve como evento catalisador os ataques brutais da União dos Povos de Angola (U.P.A.) às fazendas de colonos portugueses no norte do país. Após este episódio, também se formaram outras organizações como a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) e o PAIGC (Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo Verde). Os anos de luta armada somente chegam ao fim com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974.

O fato é que, ao contrário de Angola e Moçambique, onde houveram manifestações a nível de organizações partidárias, frentes de combate ou mesmo, a nível literário – no caso de Moçambique, com a poesia de combate - Cabo Verde se mostrou um tanto quanto apático ao cenário da Guerra Colonial. Apesar da participação dos caboverdianos no PAIGC, pode-se dizer que houve em Cabo Verde

“uma certa letargia quanto à oposição política ao colonialismo”. (FERNANDES, 2007, p. 25)

Assim como em seus países irmãos, Angola e Moçambique, após a o período que se seguiu a Segunda Guerra Mundial, também em Cabo Verde sentiu-se a necessidade de afirmação da identidade nacional. A diferença é que a identidade que os habitantes das ilhas almejavam se assemelhava muito mais a matriz portuguesa, do que a matriz africana. Cabo Verde sempre quis ser a menina dos olhos dos colonizadores e parece ter desenvolvido um certo ressentimento com o pai português, assim como Portugal, que sofre de um certo ressentimento da mãe, Europa.

Nas palavras de Kenneth Maxwell, em sua obra intitulada *O Império derrotado: revolução e democracia em Portugal*,

É relativamente recente, mas inegável, constituindo quase que uma fractura da nossa imagem cultural, o sentimento de exílio, de distanciamento e, sobretudo, de autêntico e mórbido complexo de inferioridade em relação a uma outra Europa que, na esteira das descobertas hispânicas, iria reforçar a sua revolução cultural – burguesia empreendedora, reforma religiosa, especialização científica – com a exploração sistemática dos nossos espaços extra-europeus. (MAXWELL, 2006, p.24)

Ou seja, mesmo fazendo parte da Europa, após ter consolidado e ter visto desmoronar seu grande império, Portugal passa a se sentir inferior ao restante do continente, tomado pelo ressentimento, por já não ser mais uma grande potência e não ser tão valorizado naquele espaço, como antes era. Assim também ocorreu com Cabo Verde, que no início da exploração colonial foi reconhecido e enaltecido pelos portugueses, como o território que mais se assemelhava a metrópole e que mais teria potencial de desenvolvimento e, logo depois, passou a ser tratado como qualquer outra colônia, sofrendo com os impactos da colonização.

Neste sentido, as palavras seguintes, mesmo sendo ditas para exemplificar o caso entre Portugal e Brasil, podem ser também facilmente aplicadas ao caso caboverdiano:

E fora do nosso espaço, à nossa maneira desleixada, mas confiante, sem uma onça de má consciência que Vieira ressentiu e testemunhou quase sozinho, fazíamos <<europa>>, uma outra sociedade que um dia se sentirá já não europeia, herdando de nós o mesmo fascínio e o mesmo

ressentimento por essa Europa modelo, que ela não é, nem pode ser.  
(MAXWEL, 2006, p.26)

Certamente estes sentimentos, primeiro de fascínio, depois de ressentimento, influenciaram a participação dos habitantes do arquipélago no contexto da Guerra Colonial e, mais ainda, ajudaram a compor os contornos da identidade daquele povo. Ao tentar encontrar a essência da caboverdianidade, sem se dissociar ou mesmo tentando aproximar-se da lusitanidade, de algo que lhes foi emprestado, mas que não lhes representa, os caboverdianos acabaram por adicionar certo tom de ambivalência à sua formação identitária, fato que se fará notar também no contexto do evasãoismo, do qual se falará mais adiante.

## 2. O PAPEL DO INTELLECTUAL NA SOCIEDADE

É necessário frisar que se pretende abordar nesta pesquisa a figura do intelectual na função de escritor, especificamente. Para tal, refere-se o caso Dreyfuss como ponto marcante, que deu início à trajetória do intelectual, como escritor. Ao escrever um artigo como forma de manifesto, posicionando-se contra a injustiça que a sociedade francesa presenciava, diante da acusação de um inocente baseada em documentos falsos, o escritor Émile Zola torna-se um símbolo do escritor e intelectual engajado.

De acordo com Sartre em seu texto *Em Defesa dos Intelectuais* (1994), este caso popularizou a palavra intelectual numa espécie de sentido negativo do termo. Isto porque, segundo os *antidreyfusistes* a absolvição ou a condenação do capitão Dreyfus caberia somente aos tribunais e autoridades. Então, ao afirmar a inocência do réu, os *dreyfusards* “punham-se fora de sua competência.” (SARTRE, p.15). Neste sentido,

O conjunto dos intelectuais aparece como uma variedade de homens que, tendo adquirido alguma notoriedade por trabalhos que dependem da inteligência (ciência exata, ciência aplicada, medicina, literatura, etc.) abusam dessa notoriedade para sair de seu domínio e criticar a sociedade e os poderes estabelecidos em nome de uma concepção global e dogmática (vaga ou precisa, moralista ou marxista do homem. (SARTRE, 1994, p.15)

No entanto, para Sartre e para muitos outros estudiosos, a função do intelectual é justamente essa: por vezes abdicar de seu saber técnico, específico e particular, para atuar em defesa do universalizante, de um conjunto de valores e normas sociais que regem toda a humanidade. Além disso, os intelectuais acabam por denunciar as contradições da sociedade e contestar ideologias. Isso se dá por meio da tomada de consciência da oposição que existe nele mesmo e na sociedade, entre a pesquisa da verdade prática e a os mecanismos ideológicos dominantes. Para Sartre,

[...] essa tomada de consciência nada mais é que o desvelamento das contradições fundamentais da sociedade, quer dizer, dos conflitos de classe e, no seio da própria classe dominante, de um conflito orgânico entre a



verdade que ela reivindica para seu empreendimento e os mitos, valores e tradições que ela mantém e que quer transmitir às outras classes para garantir sua hegemonia. (SARTRE, 1994, p.17)

Isto explica o “incômodo” causado por estes indivíduos e o motivo pelo qual saem de sua área de competência, intrometendo-se onde não são chamados e explica, por vezes, o exílio - forçado ou não - de muitos escritores, como é o caso dos intelectuais caboverdianos, dos quais se falará mais adiante.

Também se abordará esse movimento de tomada de consciência do qual fala Sartre, por parte da intelectualidade caboverdiana, nomeadamente os escritores que, por saírem de sua “área de competência”, estimularam um primeiro movimento de consolidação de uma identidade nacional daquele arquipélago.

Ao investigarmos, ainda que de maneira breve, os aspectos iniciais da formação da sociedade caboverdiana, percebeu-se a importância e a intensidade do movimento intelectual em todos aspectos de constituição e transformação sociais. Neste sentido, faz-se pertinente abordarmos o conceito de intelectual e suas implicações nos mais diversos âmbitos da sociedade.

De acordo com o dicionário Houaiss, o intelectual é

[...] aquele que vive predominantemente do intelecto, dedicando-se a atividades que requerem um emprego intelectual considerável (trabalhador f.) (alguns admitem não ter sendo muito prático);

[...] aquele que demonstra gosto e interesse pronunciados pelas coisas da cultura, literatura, das artes etc. (é filho de (pais) i. e desde cedo conviveu com livros);

[...] aquele que domina um campo de conhecimento intelectual ou que tem muita cultura geral, erudito, pensador, sábio (manifesto dos i. do país contra a tortura). (HOUAISS, 2001)

A concepção de intelectual se transformou ao longo da história. Cada nova era ou período, cada nova concepção de mundo exigiu um novo intelectual, que assumisse outro (s) papéis. Neste sentido, por meio da abordagem teórica de diversos estudiosos, trata-se aqui dos principais traços que caracterizam este indivíduo, como aspectos presentes desde o primeiro intelectual da história ocidental - nomeadamente o filósofo Sócrates - até os intelectuais contemporâneos.

## 2.1. O INTELLECTUAL PARA GRAMSCI

Na tentativa de delinear um possível perfil do intelectual, é imprescindível citar um dos maiores nomes teóricos sobre esta temática: o filósofo italiano Antônio Gramsci (1981-1937). O estudioso produziu inúmeros escritos sobre a ação e relevância do intelectual como agente emancipador das classes subalternas, por meio do incentivo à construção de uma nova cultura.

Para o autor “[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais [...]. (GRAMSCI, 2001, p. 18). Ou seja, independente de sua profissão, todo homem desenvolve uma atividade intelectual, qualquer indivíduo

“[...] é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. (GRAMSCI, 2001, p. 53)

O intelectual não provém necessariamente dos espaços formais da sociedade, mas pode ser aquele que apresenta um posicionamento crítico diante da realidade com a perspectiva de transformação, para qual a práxis é essencial. Formam-se, assim, categorias especializadas para o exercício da função intelectual.

Em seus estudos, Gramsci definiu duas categorias de intelectuais: o orgânico e o tradicional. O intelectual orgânico é aquele que não se desvincula de sua classe social de origem e comporta-se como porta-voz das ideologias e interesses e tal classe, utilizando-se de sua função social para intervir no meio público. O intelectual tradicional é aquele que se vincula a um determinado grupo social ou instituição (igreja, Forças Armadas, instituições de ensino superior) e manifesta-se conforme os interesses compartilhados pelos integrantes dessa instituição.

Além disso, o filósofo faz uma distinção entre intelectuais urbanos e rurais: para ele, os intelectuais do tipo urbano “confundem-se cada vez mais com o estado-maior industrial propriamente dito.” (GRAMSCI, 2001, p. 22). Isso porque surgiram e cresceram ao mesmo passo da industrialização e foram, portanto, sujeitos às suas variabilidades. Já os intelectuais do tipo rural, em sua grande maioria, tradicionais, estão ligados à massa social do campo e à pequena burguesia, em cidades ainda

não acometidas pelo movimento capitalista. Neste caso, os intelectuais exercem uma função político-social, pois articulam a comunicação entre a massa camponesa e a administração local ou estatal.

Esses grupos de intelectuais, de acordo com o autor, posicionados em lugares sociais estratégicos, exercem influência nos mais diversos âmbitos da sociedade. Além disso, na trajetória de formação de uma nação, o desenvolvimento intelectual deve ser paralelo a outros:

No desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo dos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico, etc. Aliás, deve-se dizer que não existe desenvolvimento no terreno econômico, sem estes outros desenvolvimentos paralelos. (GRAMSCI, 2001, p. 149-150)

Além disso, para Gramsci, a formação do Estado está intrinsecamente ligada aos movimentos intelectuais, pois os intelectuais são os indivíduos pioneiros no despertar da consciência nacional de um povo. São eles os principais responsáveis por apontar e despertar o sentimento comum que une toda uma nação. Segundo Gramsci (1998)

"Estado" significa, en especial, la dirección consciente de las grandes multitudes nacionales; es necesario entonces un "contacto" sentimental e ideológico con tales multitudes, y en cierta medida, simpatía y comprensión de sus necesidades y exigencias. (GRAMSCI, 1998, p. 33-34)

Neste sentido, os intelectuais têm de compartilhar e compactuar com as ideologias e necessidades das multidões, das massas sociais. Além de estabelecer tal contato, na maioria das vezes, os intelectuais serão porta-vozes desses anseios. Em Gramsci, o sentimento nacional deve servir como guia da atividade intelectual.

Ademais, o filósofo ressalta a importância da formação de intelectuais ao longo do tempo e, nesse contexto, a relevância da organização da vida escolar.

O enorme desenvolvimento obtido pela atividade e pela organização escolar nas sociedades que emergiram do mundo medieval indica a importância assumida no mundo moderno pelas categorias e funções intelectuais: assim como se buscou aprofundar e ampliar a "intelectualidade" de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. (GRAMSCI, 2001, p. 19)

Para o autor, quanto mais numerosos forem os “graus verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. Para ele, após a fase do cotidiano escolar, com disciplinas de estudos impostas e controladas, “passa-se a uma fase de estudo ou de trabalho profissional na qual a autodisciplina intelectual e a autonomia moral são teoricamente ilimitadas.” (GRAMSCI, 2001, p. 38)

Isto ocorreria, segundo o estudioso, após a conhecida fase de “crise” da puberdade. Na última fase escolar do ensino básico, na qual o indivíduo deve formar sua base de Humanismo, autodisciplina intelectual e autodisciplina moral. Para ele

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro — mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político). (GRAMSCI, 2001, p. 53)

## 2.2 O INTELLECTUAL PARA SAID

O estudioso palestino Edward Said (1935 - 2003) está entre as maiores referências teóricas sobre questões atualmente muito relevantes, como o pós-colonialismo e a temática dos intelectuais. No que se refere a essa última, um de seus trabalhos mais citados são as conferências Reith, que ocorreram em 1993, reunidas na obra *Representações do Intelectual - As conferências Reith de 1993*.

Tais conferências foram transmitidas pela emissora de televisão e rádio norte-americana BBC (British Broadcasting Corporation) e, quando anunciadas, geraram uma série de críticas ao conferencista. Muitos, erroneamente, apoiaram sua tese apenas sobre o papel público do intelectual como um *outsider* ou perturbador. Isto denotou um sentido ainda maior e mais importante às conferências, visto que para Said os intelectuais devem desconstruir estereótipos e romper com categorias redutoras que limitam o pensamento humano.

Segundo ele, os intelectuais não podem ser enquadrados num *slogan* ou em dogmas rígidos, pois “nada distorce mais o desempenho público do intelectual do que os floreios retóricos, o silêncio cauteloso, a jactância patriótica e a apostasia

retrospectiva e autodramática.” (SAID, 2005, p. 12) Além disso, é importante que os intelectuais estimulem um movimento de aproximação entre o local e o universal e se dirijam a um público tão amplo quanto possível.

Na visão de Said, a intelectualidade não deve ter um teor elitizante, mas deve comunicar-se com a classe alta e, ao mesmo tempo, com as camadas populares, na tentativa de alinhar seus interesses e necessidades. No entanto, por vezes, os intelectuais podem representar uma ameaça aos grupos elitizados, por questionarem atitudes como o pensamento corporativo ou determinado sentido de privilégio de raça, classe ou sexo.

Para o teórico, os intelectuais devem buscar a universalidade e isto significa “correr um risco no sentido de ir além das certezas fáceis que nos são dadas pela nossa formação, língua e nacionalidade, que tão frequentemente nos escudam da realidade dos outros.” (SAID, 2005, p. 13). Isto se dá porque é preciso estabelecer um único padrão de comportamento humano ao se tratar de determinados assuntos, principalmente quando estes dizem respeito às questões de convivência em sociedade ou senso coletivo.

Não há regras pré-estabelecidas que guiem a atividade dos intelectuais, pois o campo social é amplamente diverso e difícil de negociar. Assim,

O intelectual age com base em princípios universais: que todos os seres humanos têm direito de contar com padrões de comportamento decentes quanto à liberdade e à justiça da parte dos poderes ou nações do mundo, e que as violações deliberadas ou inadvertidas desses padrões têm de ser corajosamente denunciadas e combatidas. (SAID, 2005, p. 26)

Além disso, há ainda que citar a questão do mundo público *versus* mundo privado, considerando que a história, valores e escritos dos intelectuais são frutos de suas experiências e a forma como se inserem no mundo social. Nesse sentido, não é possível restringir qualquer intelectual ao âmbito privado somente, pois a partir do momento em que escreve e publica suas palavras, ele está ingressando no mundo público. Ao mesmo tempo, também não existe um intelectual exclusivamente público ou porta-voz de uma causa, pois ao passo que fala por alguém ou algum público, estará também a falar de si. De acordo com Said, “Há sempre a inflexão pessoal e a sensibilidade de cada indivíduo, que dão sentido ao que está sendo dito ou escrito.”

(SAID, 2005, p. 26). Os intelectuais representam alguma coisa para seus respectivos públicos e se “auto-representam” diante de si próprios.

Said trata ainda nesta obra da condição de isolamento em que por vezes se encontra o intelectual, fato que se reflete pela frequente “impotência” dos mesmos e da maioria da população, frente a uma rede esmagadoramente poderosa de autoridades, como os meios de comunicação, os governos, as grandes corporações, etc., organismos que diminuem e afastam possibilidades de se efetuar mudanças. Nas palavras de Said, devido ao seu posicionamento contracorrente e a seus questionamentos, “amador e autor de uma linguagem que tenta falar a verdade ao poder” o intelectual será um “exilado” e “marginal”. No entanto, segundo o autor, uma condição solitária é ainda melhor do que uma “tolerância gregária” frente ao estado das coisas.

Além disso, o estudioso também aborda na obra mencionada as concepções de intelectual para o estudioso Julien Benda (1927). Segundo este, os verdadeiros intelectuais constituíram uma camada a parte na sociedade, uma clerezia, seriam criaturas raras “um grupo minúsculo de reis-filósofos superdotados e com grande sentido moral, que constituem a consciência da humanidade. ” (SAID, 2005, p.20). Ademais, para Benda, os intelectuais defendem os fracos, denunciam a corrupção e desafiam a autoridade opressora. Reforçando o que foi dito por Said, há um problema quando alguns intelectuais agem como servidores do governo, não para dirigir e administrar, mas para consolidar políticas governamentais ou mesmo, sistemas inteiros, pois estes sujeitos têm vocação na arte de representar e persuadir.

Assim como Said, Benda acredita que os verdadeiros intelectuais devem correr riscos e contra-argumentar. Para ele, têm de ser indivíduos dotados de personalidade forte, são personagens simbólicos, portanto, não podem se desenvolver em larga escala e de modo rotineiro. Além do mais, na visão de Benda, o intelectual é um ser fantasticamente corajoso e revoltado e que acredita que nenhum poder no mundo é tão grandioso e imponente que não pode ser questionado ou criticado. Com relação a isto, Said afirma que “o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável.” (SAID, 2005, p. 27)

Nesta mesma obra, Said questiona-se sobre qual o verdadeiro papel do intelectual na sociedade moderna em que vivemos. Uma sociedade assolada pela

comunicação de massa e pela frenética transmissão de informações, sociedade em que todos que trabalham em qualquer área relacionada com a produção ou divulgação de conhecimentos se tornam intelectuais, no sentido gramsciano do termo.

Em resposta a esse questionamento, o autor evoca as palavras do sociólogo americano Charles Wright Mills que, em 1944, escreveu que os intelectuais independentes estavam sendo acometidos por uma espécie de melancolia advinda da relativa impotência frente a algumas questões, dada a sua posição marginal na sociedade. Dessa forma, alguns passaram a optar por se juntar a corporações ou governos, na tentativa de ganharem alguma força de representação social. Segundo Mills,

[...] é importante que o intelectual se posicione politicamente, pois esses mundos de arte e pensamento massificados estão cada vez mais engessados pelas exigências da política. Por isso, é na política que a solidariedade e o esforço intelectuais devem centrar-se. Se o pensador não se associar ao valor da verdade na luta política, será incapaz de enfrentar com responsabilidade a totalidade da experiência viva. (MILLS *apud* SAID, 2005, p. 34)

Na visão do sociólogo palestino, a questão chave em Mills está na oposição entre o grande público massificado e o indivíduo. Segundo ele, há uma incompatibilidade inerente entre os poderes de grandes organizações, como governos e corporações e a relativa fragilidade de indivíduos, considerados “subalternos, minorias, pequenos povos, culturas e etnias menores ou subjugadas.” (SAID, 2005, p.35). Assim, para Said, o intelectual deve ser um porta-voz dos fracos e sem representação e estar alinhado com seus interesses.

[...] o intelectual, no sentido que dou à palavra, não é nem um pacificador nem um criador de consensos, mas alguém que empenha todo o seu ser no senso crítico, na recusa em aceitar fórmulas fáceis ou clichês prontos, ou confirmações afáveis, sempre tão conciliadoras sobre o que os poderosos ou convencionais têm a dizer e sobre o que fazem. Não apenas relutando de modo passivo, mas desejando ativamente dizer isso em público. (SAID, 2005, p. 36)

Neste sentido, o intelectual é aquele que está em estado de vigília constante e está sempre disposto a apontar e criticar ideias preestabelecidas ou meias verdades.

Said pontua ainda que a obra de Benda *A traição dos intelectuais* (1946) passa a impressão de que estes indivíduos existem numa espécie de território universal, sem estarem ligados a fronteiras ou identidades nacionais. Com relação a isto, o autor diz que “falar de intelectuais atualmente significa também falar especificamente de variantes nacionais, religiosas e mesmo continentais dessa questão, e cada uma delas parece exigir considerações separadas.” (SAID, 2005, p. 38). Atualmente, e cada vez mais, cada intelectual faz parte de um processo e contexto histórico distinto, que possui suas particularidades.

Compreendidos assim, os intelectuais atuam também como condutores dos processos de formação nacionais. Ao utilizar uma língua nacional, além de o fazer por razões de conveniência e familiaridade, o intelectual também atribui a ela uma entonação particular, que denota de uma perspectiva própria. Assim, o indivíduo intelectual torna-se o representante do “melhor pensamento” de uma nação, fazendo-o prevalecer. É importante ressaltar que isto deve acontecer de maneira a beneficiar a sociedade no geral e não apenas pequenos grupos. O importante, segundo Said, é ajudar uma comunidade nacional a sentir uma identidade comum, e em grau muito elevado. E mais: fazer com que o grupo perceba que tal identidade é produto de uma construção histórica e que é importante representá-la.

Como já mencionado, o intelectual é considerado pelos membros de sua nacionalidade um representante, que testemunha em nome do sofrimento de todos os membros daquela nacionalidade, que reafirma sua perseverança e reforça sua memória. Neste sentido, é importante que o intelectual universalize de forma explícita os conflitos e sofrimentos de seu povo, associando tal experiência às experiências e dores de outros povos. Para Said, ao contrário do que muitos pensam, isso não representa uma perda da especificidade histórica, mas funciona como uma “prevenção para evitar que uma lição sobre a opressão, aprendida num determinado lugar, seja esquecida ou violada numa outra época ou lugar.” (SAID, 2005, p. 53)

Outro aspecto abordado na obra refere-se à condição de exílio na qual se encontra o intelectual. Este exílio não se refere à questão territorial, mas ao sentido metafísico, que aqui não se refere ao sentido filosófico, mas apenas como algo que vai além do exílio territorial e que coloca os intelectuais numa posição bastante solitária. O exílio intelectual também significa o desassossego, o movimento, estar



inquieta e causar inquietação nos demais. Isso representa a consciência do intelectual incapaz de repousar, que está constantemente em alerta, atento ao que está para além do geralmente aparece. Além disso,

Mesmo que não seja realmente um imigrante ou expatriado, ainda assim é possível pensar como tal, imaginar e pesquisar apesar das barreiras, afastando-se sempre das autoridades centralizadoras em direção às margens, onde se podem ver coisas que normalmente estão perdidas em mentes que nunca viajaram para além do convencional e do confortável. (SAID, 2005, p. 70)

É importante também lembrar a distinção entre o intelectual profissional e o intelectual amador apontada por Said. Segundo ele,

O primeiro alega distanciamento com base na profissão e aparenta ser objetivo, enquanto o segundo não é movido nem por recompensas nem pela realização de um plano de carreira imediato, mas por um compromisso empenhado com ideias e valores na esfera pública. (SAID, 2005, p. 111)

Ou seja, o amadorismo é uma atividade alimentada pela dedicação e afeição, sem visar lucro e que não está ligada a uma especialização delimitadora.

Para sintetizar as ideias do autor, pode-se dizer que as principais atividades do intelectual, desde o início do século XX, vem sendo questionar e subverter o poder das autoridades que reprimem, excluem e discriminam grupos minoritários na sociedade. A incumbência do intelectual deve ser, então, representá-los de maneira inteligente, a fim de buscar o bem coletivo, pautado em valores como justiça e igualdade.

Além das concepções sobre o que faz de um indivíduo intelectual apresentadas, muitas outras já foram desenvolvidas, criticadas e/ou questionadas, visto que é necessária e mesmo imprescindível a revisão e reformulação deste conceito. Neste sentido, faz-se a seguir, uma leitura da obra *O silêncio dos intelectuais*, que contempla textos de diversos estudiosos, originalmente elaborados para o ciclo de conferências que leva o mesmo título, publicada em 2005, e que oferece ao leitor um panorama heterogêneo da questão que intitula o volume, a saber, o silêncio dos intelectuais a partir da viragem do milênio.

Conforme já mencionado, sabe-se que o surgimento do termo intelectual se deu durante as manifestações que marcaram o caso Dreyfus, na França, ainda no século XIX. A partir dessa época e ao longo de todo século XX,

a palavra refere-se àqueles que, exercendo uma atividade intelectual, usam seu prestígio adquirido nessas atividades para intervir no debate público e defender valores universais (justiça e verdade, em particular). [...] deve haver três condições, parece, para que haja intelectuais: um certo tipo de sujeito social, um certo tipo de objeto (universal) e um certo espaço onde ele possa se exprimir. (WOLFF *apud* NOVAES, 2006, p. 47)

Segundo Adauto Novaes, no texto de abertura do livro citado, vivemos tempos em que valores universais como liberdade, justiça, razão e verdade - matérias do intelectual - vem perdendo o valor. Segundo ele, “há uma dificuldade de representar o mundo atual, o que nos leva, portanto, ao tempo de silêncio e reflexão.” (NOVAES, 2006, p. 07)

Justificando sua colocação de que não existe um intelectual em tempo integral, o conferencista evoca as palavras de Maurice Blanchot “o intelectual é uma parte de nós que não apenas nos desvia momentaneamente de nossa tarefa, mas que nos conduz ao que se faz no mundo para julgar e apreciar o que se faz.” (BLANCHOT *apud* NOVAES, 2006, p. 12)

Ademais, reafirmando o que já foi dito por diversos estudiosos, para transformar-se em intelectual, o ser deve desdobrar-se, acumular momentaneamente nele mesmo outras funções, deixar de lado os saberes particulares para se dedicar ao trabalho da crítica e à luta pelos ideais universalizantes. O intelectual deve ainda, sempre considerar e se posicionar em prol da promoção e defesa dos direitos daqueles que constantemente se veem privados da fala e/ou da escrita, daqueles que são socialmente marginalizados.

Corroborando com tais premissas, a filósofa Marilena Chauí (2005) afirma que há que dois traços que definem o intelectual: a defesa de causas universais - que seria a consciência de valores universais, de ideias válidas sempre e em toda a parte, para todo homem ou toda sociedade, distantes de interesses particulares - e a transgressão à ordem vigente. A escritora traz à luz uma das reflexões de Sartre, segundo a qual

O intelectual engajado é o escritor de atualidades que opina, intervém em todos os acontecimentos relevantes, à medida que vão se sucedendo uns aos outros. É um estado de vigília permanente. (CHAUÍ *apud* NOVAES, 2006, p. 25)

De acordo com Chauí, “os intelectuais oscilam entre o recolhimento e a intervenção em público” (CHAUÍ *apud* NOVAES, 2006, p. 21) e, muitas vezes, o verdadeiro ato de engajamento exige o silêncio, evitando ceder às pressões e exigências da sociedade.

Também nesta conferência intitulada *Intelectual engajado: uma figura em extinção?*, Marilena Chauí cita Pierre Bourdieu, transcrevendo um trecho de um de seus ensaios, no qual o sociólogo afirma que os intelectuais surgem no contexto do ultrapassamento e da oposição entre cultura pura e engajamento e são, portanto, seres bidimensionais. De acordo com Bourdieu, os intelectuais precisam pertencer a um campo intelectual autônomo e respeitar as leis desse campo e, ao mesmo tempo, revelar sua especialidade numa atividade política exterior ao seu campo de atividade intelectual. Os intelectuais têm de ser

[...] produtores culturais em tempo integral sem se tornar políticos. Quanto maior a independência do intelectual com relação a interesses mundanos, advinda de sua maestria, tanto maior sua inclinação a asseverar essa independência, criticando os poderes existentes, e tanto maior a efetividade simbólica de qualquer posição política que possam tomar. (BOURDIEU *apud* CHAUÍ, 2006, p. 20)

É importante também destacar aqui algumas das reflexões do filósofo francês Francis Wolff, na conferência intitulada *Dilemas dos Intelectuais*, da obra já citada e organizada por Adauto Novaes. De acordo com o estudioso francês, o primeiro intelectual da história encontra-se há mais ou menos 400 A.C., na Grécia Antiga, na figura de Sócrates. Segundo o autor,

Sócrates representa o homem sozinho, munido apenas de seus valores, intransigente quanto a seus princípios, coerente e fiel a seus ideais até o fim, contra todos os poderes, o poder político, mas também os preconceitos de uma sociedade, de uma época. [...] (WOLFF *apud* NOVAES, 2006, p. 49)

Como já é sabido, Sócrates foi perseguido e condenado, basicamente por questões políticas e por criticar a ordem vigente ou, por fim, por exercer sua função

de intelectual, a do pensamento livre. Sócrates foi aquele que primeiro interveio no espaço público e no domínio dos assuntos políticos e sociais.

Segundo Wolff, o intelectual enfrenta inúmeros dilemas, sendo três os mais acentuados: ser um intelectual total ou um intelectual específico? “Ter o saber do poder ou denunciar o poder do saber?” (WOLFF *apud* NOVAES, 2006, p. 63) e, por fim, optar pela ética da convicção ou pela ética da responsabilidade?

O primeiro dilema se refere ao que vem frequentemente ocorrendo na sociedade moderna: há cada vez mais intelectuais especializando-se em alguma área específica do saber. Neste sentido, o melhor é compactuar da ideia de Foucault e não engajar-se em todas as direções, falando a partir do lugar que se ocupa e sobre o que se domina ou participar amplamente de todos os debates, sem necessariamente ser especialista em algum dos temas?

O segundo dilema diz respeito e quase desencadeia uma ameaça à própria categoria do intelectual. O autor questiona se o importante para o intelectual é deter o poder do saber e utilizar a retórica como um meio para exercer domínio sobre outros ou seria essencial criticar tal atitude e assim, criticar a si mesmo.

Já o terceiro dilema trata da crucial, porém árdua decisão entre a ética da convicção e a ética da responsabilidade. O primeiro alude à fixação firme e permanente à um ideal, independente do que acontece no seu meio, independente das possibilidades de realização de tal ideal, enquanto a ética da responsabilidade corresponde à atitude de moldar e adaptar sua crítica, na tentativa de realizar determinado ideal.

Na mesma obra, o estudioso Pedro Paulo Rouanet traz à tona a distinção entre o escritor e o intelectual. Segundo ele, o escritor insere-se na esfera social do trabalho, é um trabalhador como os outros e, portanto, pode até ser politicamente inativo. Assim, o escritor torna-se um intelectual quando se desprende desse lugar que ocupa na divisão social do trabalho, fazendo do espaço público seu *habitat* e agindo com base em valores universais, como um militante engajado, abandonando motivações particulares.

Como já afirmado por outros autores, atualmente vemos o crescimento de uma onda de intelectuais especialistas em um saber teórico específico, enquanto o intelectual generalista, sem vínculo universitário está desaparecendo. Além disso, o autor também aponta o desenvolvimento acelerado da cultura de massas, como

uma possível ameaça aos intelectuais, pois estes julgam saber tudo que necessitam, sem se dispor a ouvir vozes destoantes e críticas.

Na visão do professor Renato Janine Ribeiro, expressa na conferência *O cientista e o intelectual*, este último seria aquele que trata das ciências humanas e sociais, das letras, filosofia e história. Ao contrário do cientista, que trabalha com objetos - “coisas” - o intelectual trabalha com pessoas. Isso não quer dizer que um cientista não possa ser um intelectual, ou vice-versa, os dois não se distinguem por seus objetos de estudo, mas por suas atitudes. O cientista é aquele que sabe, que induz uma aplicação prática das coisas sem, no entanto, fazer-se consciente de como elas funcionam ou o que proporcionam. O intelectual é aquele que vê, que se dá conta, que induz a percepção consciente da descoberta científica.

O autor propõe a figura do intelectual como aquele que lida com a ágora. O sujeito que “dá caráter público àquilo cujo conhecimento estaria, num primeiro momento, fechado no ambiente acadêmico. [...] O que caracteriza o intelectual é fazer uso público do conhecimento.” (RIBEIRO *apud* NOVAES, 2006, p. 141). Ou seja, converte o que inicialmente era algo acadêmico apenas, em “algo que possa ser apropriado socialmente.” (RIBEIRO *apud* NOVAES, 2006, p 141)

Seguindo esta lógica, é interessante citar aqui as reflexões esboçadas pelo escritor Michel Déguay, na conferência *O poder das palavras*. O surgimento e consequente crescimento acelerado das mídias de massa constituem uma preocupação para o autor. Para ele, a ágora transformou-se em mídia e a informação tomou o lugar do saber. Neste contexto, que lugar ocupam os intelectuais na sociedade?

Como já apontado por diversos escritores, os intelectuais estão imbuídos da árdua tarefa de estimular a “tomada de consciência”, o fazer se dar conta. Já que as fontes de informação são múltiplas e todas parecem transmitir o verdadeiro conhecimento, a reflexão crítica sobre as mesmas. Cabe aos intelectuais serem os primeiros a questionar a legitimidade e integridade dessas fontes, ou, sendo elas autênticas, torná-las acessíveis e conhecidas pelo povo, atingindo-o de maneira mais ampla possível. Neste sentido, temos a configuração do intelectual sartreano, o intelectual engajado, que não se abstém ante as injustiças e lutas sociais, aquele que com o poder da palavra e a arte da eloquência é capaz de incitar verdadeiras

revoluções e modificar o meio em que está inserido e, porventura, ecoar essa voz pelo globo, como assim já o fizeram diversos intelectuais ao longo da história.

## 2.3 O INTELLECTUAL PARA BERARDINELLI

Além dos já citados trabalhos que discorrem sobre a temática do intelectual, é importante citar ainda as observações do crítico literário italiano Alfonso Berardinelli, que em sua obra *Direita e esquerda na literatura* (2016) dedica um capítulo a falar sobre as formas e o lugar dos intelectuais no cenário atual. Para o autor, há três tipos de intelectuais: o metafísico, o técnico e o crítico, porém, segundo as palavras do autor, não os encontramos “em sociedade, em estado puro”. (BERARDINELLI, 2016, p. 15). Às vezes, tais tipos se misturam, tornando-se híbridos. Na verdade, ao que nos faz compreender Berardinelli, todos os três tipos sempre existiram, porém, tomando diferentes roupagens ao longo da história.

Os metafísicos tornaram-se escassos devido aos projetos do iluminismo e racionalismo iniciados no século XX. Neste período tudo foi desmistificado, pois cientificamente, não tinha valor nenhum. Segundo o estudioso “Após Voltaire, após a Encyclopédie, após Marx, Comte e Freud, aquilo que fora místico e metafísico, irracional ou supostamente sobrenatural, virou objeto de apaixonados e positivos estudos científicos.” (BERARDINELLI, 2016, p. 16)

No entanto, logo percebeu-se que com o decorrer do tempo e da história, nem tudo pode ser totalmente dela eliminado ou apagado. Percebeu-se que não era possível tornar a sociedade e a vida humana fundamentalmente racionais e que, conseqüentemente, tudo estava interligado e, por vezes, retornava ao passado que outrora havia sido renegado.

De acordo com Berardinelli, mesmo a antimetafísica proposta por Nietzsche acabou por fundar uma nova metafísica. Nas palavras do autor, “uma ontologia radical do puro existir que se colocava fora de quaisquer categorias racionais e morais.” (BERARDINELLI, 2016 p. 17). Tal movimento iniciado pelo filósofo permite o aparecimento dos intelectuais metafísicos do século XX e atuais. De acordo com Berardinelli,

A rejeição do conceito leva esses intelectuais a desprezar a moderna e iluminista categoria de intelectuais, para ser algo a mais. Para eles, não contam tanto o intelecto e a experiência, conta a Mente Superior, que, para além de quaisquer esquemas e aparatos racionais, técnicos, instrumentais, capta a pura vida do ser. Mas essa vida não é individual, está além do indivíduo, porque este é aparato psíquico, é gaiola limitadora e opressora que promove uma coerção em detrimento daquilo que no indivíduo é ontologia do ser comum. (BERARDINELLI, 2016, p. 18)

Além dos metafísicos, há os intelectuais técnicos que, diferente dos primeiros, não se preocupam com o fim em si, mas o que lhes interessa são os meios e sua eficiência para chegar a tal fim. Para eles não se deve pensar, nem discutir a sociedade e o homem antecipadamente. “O único comportamento justo é a liberdade de pesquisa dos meios para ajustar, programar, curar, modificar a máquina humana. Proibido saber para qual objetivo”. (BERARDINELLI, 2016, p. 19). Ainda assim, na opinião do autor, os metafísicos e os técnicos estabelecem uma relação fundamental entre si: uns tem o que falta aos outros, numa espécie de busca pelo equilíbrio.

Neste ponto, com a reflexão “entre o Ser e a Máquina a colocar em funcionamento, alguém simplesmente se sente desconfortável” (BERARDINELLI, 2016, p. 20), o autor traz à tona o terceiro tipo de intelectual: o crítico, que para ele, se reconhece como fraco, sem poder, e que se sente sozinho com frequência. O crítico está mais próximo do senso comum do que os outros, pois precisa dele. “O crítico precisa do senso comum, de experiências comuns, e de uma linguagem na qual seja possível dizer coisas que talvez não interessam a Deus, e que certamente não servem ao progresso.” (BERARDINELLI, 2016, p. 21).

Na visão do autor, o *eu* do crítico é um instrumento para ser honesto com os outros, são aqueles que revelam o próprio peito e o coração. Além disso, outra observação curiosa é apontada pelo estudioso: os intelectuais críticos, atualmente, tem sido os mais difíceis de se identificar, de se reconhecer e de atribuir devida importância política, valor intelectual ou literário. Isto se deve ao fato de não se encaixarem em padrões como “direita” ou “esquerda”, não pertencerem exclusivamente a um campo disciplinar e atuar apenas em uma área, enfim, de constituírem casos autônomos e isolados. Para o estudioso a crítica social e cultural exercida individualmente permanece sem espaço. É considerada não pertinente e, por isso, suspeita.

Após dividir e denominar os intelectuais em três categorias, demonstrando e exemplificando o modo como cada um desses papéis foi desempenhado ao longo da história, a reflexão final trazida pelo crítico literário é a de que esses indivíduos não devem ser categorizados, considerados como classe social ou grupo, e que não ser “classificável” seria justamente a causa de sua “vulnerável força”.

Considerando tal premissa e somando-a às inúmeras tentativas de definição e explicação sobre o que torna um indivíduo um intelectual, é mesmo viável pensar nos intelectuais sem tentar categorizá-los ou atribuir-lhes qualquer traço especial. No entanto, também a partir de todas as considerações aqui expostas, a síntese que se pode obter e a reflexão primordial que envolve este trabalho, não está somente centrada no que define o intelectual, mas recai sobre a sua existência e ações. Os intelectuais operam e trabalham – uns mais e outros menos – com as ideias, com a forma de pensar, o que leva, frequentemente, à consciencialização de indivíduos e nações inteiras, operando mudanças no rumo da história da humanidade.

Como já referido no início deste capítulo, ao tratar dos processos de formação de uma nação é preciso ter em mente que há diversos fatores a serem considerados e analisados. Para além de questões políticas, religiosas ou econômicas, que podem ser forças motrizes das transformações sociais, também a cultura de um determinado local exerce fortes influências na constituição de sua sociedade e identidade. No âmbito da cultura, há que se destacar o papel exercido pelos intelectuais, especificamente neste estudo, os intelectuais literários, como críticos observadores da realidade e, conseqüentemente, influentes formadores de opinião.

Neste sentido, compreender a literatura como um dos principais meios de transmissão de valores culturais e ideológicos de uma nação não significa reduzi-la a visão simplista de “espelho” da sociedade, mas concebê-la como componente essencial do meio em que circula, que está dialética e constantemente dialogando com determinada realidade e, assim, estabelecendo-se também como elemento modificador de tal realidade.

Sabe-se que toda obra é pessoal, única e insubstituível,

a literatura, porém, é coletiva, na medida em que requer uma certa comunhão de meios expressivos (a palavra, a imagem) e mobiliza afinidades profundas que congregam os homens de um lugar e de um momento, para chegar a uma ‘comunicação’” (CANDIDO, 2006, p. 146).



A literatura incorpora em seu conteúdo textual dimensões individuais, coletivas e históricas de uma determinada realidade social e, a partir desta, produz abstrações e possíveis leituras que revelam sua forma de existir e de ser, sua constituição.

Cabe aqui destacar que a literatura não tem compromisso com a reprodução da realidade, mas também não pode ser totalmente desvinculada dela. Toda obra literária, em certa medida, é permeada por aspectos da realidade social em que é concebida. Há um movimento dialético de influência: do meio sobre a obra e da obra sobre o meio. Segundo o sociólogo e crítico literário Antônio Cândido (2006)

[...] a arte é social nos dois sentidos: depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. (CÂNDIDO, 2006, p. 30)

Além disso, nas palavras de Compagnon, a literatura constitui um “exercício de reflexão e experiência de escrita.” (COMPAGNON, 2009, p.52), articulando um projeto de conhecimento do homem e do mundo. Assim, destaca-se neste trabalho a função social da literatura, o papel que os intelectuais e as obras literárias desempenham nos processos de formação de uma sociedade, especificamente, da sociedade cabo-verdiana.

Basta observar atentamente como se iniciam e como se dão as transformações sociais ao longo da história, para nos depararmos com a questão da intelectualidade ou com o papel/função que tal ofício tem desempenhado nos mais diversos cenários. De acordo com Edward Said (1993), “Não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais [...]” (SAID, 2005, p. 25). Ou seja, a camada intelectual de uma sociedade exerce grande influência nas transformações desse espaço.

Os intelectuais desacomodam e provocam; instigam a reflexão sobre a realidade que os cerca, atentando para suas insuficiências, como acontece por exemplo, quando um povo sente a necessidade de buscar autonomia ou de afirmar uma identidade cultural. Neste sentido, Said aponta para a questão do intelectual como uma figura pública, como um indivíduo que irá representar, “dar corpo e

articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e também por) um público.” (SAID, 2005, p. 25).

Com o objetivo de promover a liberdade humana e o conhecimento, os intelectuais pertencem a seu tempo e estão sempre em atitude de vigília. Como vimos em Gramsci e Said, o intelectual também assume um compromisso nacional, pois pode ser aquele que desperta o sentimento nacional de uma comunidade, fazendo-a sentir uma identidade comum. (SAID, 2005, p. 41). No entanto, ao mesmo tempo, deve estar sempre em consonância com as causas universais e não deixar que os períodos de luta nacional envolvam-no demasiadamente a ponto de reduzir seu senso crítico.

Ademais, de acordo com Said:

As culturas estão entrelaçadas demais, seus conteúdos e histórias demasiadamente interdependentes e híbridos para que se faça uma separação cirúrgica em oposições vastas e sobretudo ideológicas como Oriente e Ocidente. (SAID, 2005, p. 11)

No que toca à literatura, isto está ainda mais evidente, visto que nada nasce do nada e que os textos estão em diálogo e trânsito constante. Um dos aspectos mais importantes desse “entrelaçamento” de culturas, conseqüentemente de textos, é o fato de que quando o discurso é positivo, muitos povos acabam por “impulsionar” outros, a servir de exemplo e aguçar a vontade de transformação, como é o caso da literatura cabo-verdiana, que será visto a seguir.

Dessa forma, parafraseando Said, o intelectual tem a função de universalizar conflitos e crises, dirigindo-se a um público tão amplo quanto possível, visando dar maior alcance ao sofrimento de um determinado povo ou nação, associando tais experiências aos sentimentos de outros povos, fortalecendo intercâmbios e a identificação entre culturas. Exemplo desse fenômeno se dá quando, a partir dos textos literários brasileiros, principalmente os textos regionalistas da década de 1930, transmitem aos caboverdianos a dor do povo do sertão nordestino, promovendo sua identificação com estes indivíduos e o posterior “despertar” dos intelectuais do arquipélago para a busca da autonomia e afirmação da identidade de Cabo Verde.

Isto tem a ver com a afirmação feita por Marilena Chauí, em seu já citado artigo *Intelectual engajado: uma figura em extinção?*, em que a autora diz que o engajamento intelectual tem a ver com a tomada de posição contra “a forma de exploração e dominação vigentes em nome da emancipação ou da autonomia em todas as esferas da vida econômica, social, política e cultural.” (CHAUÍ, s/d, p. 09). Ou seja, assim como os intelectuais brasileiros, também os caboverdianos acabaram por se posicionar frente a algumas situações que ocorriam nas ilhas, ainda colônias de Portugal, em busca da autonomia do arquipélago.

É possível afirmar que, especificamente no caso de Cabo Verde, a independência política, econômica e cultural do país esteve estreitamente ligada a questão do projeto literário nacional, encabeçado pela pequena elite intelectual que se formara no início do século XX, cujo projeto se apresentará mais adiante. Intelectuais estes, em vigília, atentos para o que ocorria no resto do mundo e observadores críticos de sua realidade, que pretendiam “falar a verdade ao poder” e, assim, provocar mudanças efetivas na sociedade cabo-verdiana.

### 3. OS INTELLECTUAIS CABOVERDIANOS E A CONSTRUÇÃO DA CABOVERDIANIDADE

De acordo com Sartre, em sua obra *Que é a literatura?* (1947), na origem de ser escritor está a liberdade, mas a partir daí, surgem outras demandas dessa função social, como o fato de tornar-se um intelectual. Nas palavras de Sartre

Sou um autor, em primeiro lugar, por minha livre intenção de escrever. Mas imediatamente segue-se que eu me tomo um homem que outros homens consideram um escritor, isto é, que tem de responder a uma certa demanda e que foi investido de uma certa função social. Seja qual for o jogo que ele queira jogar, deve jogá-lo com base na representação que outros fazem dele. Pode querer modificar o caráter que se atribui ao homem de letras [ou intelectual] numa dada sociedade; mas para mudá-lo tem antes de introduzir-se nela. Depois, o público intervém, com seus costumes, sua visão de mundo e sua concepção da sociedade e da literatura no interior dessa sociedade. O público cerca o escritor, encurrala-o, e suas exigências imperiosas ou dissimuladas, suas recusas e suas fugas são os fatos concretos em cuja base uma obra pode ser construída. (SARTRE, 2004, p. 62)

Isto significa, como já foi atestado nos escritos de outros autores no capítulo anterior, que o escritor intelectual, assim como outros atores sociais, também está sujeito às exigências e mudanças da sociedade a que pertence. Pensando nisto, pretende-se abordar nesta seção o papel dos intelectuais em Cabo Verde, analisando como se constituem os escritores caboverdianos, com que outros intelectuais dialogam e como isso se reflete em suas obras e na vida social.

#### 3.1. TRAJETÓRIAS INTELLECTUAIS E A IDENTIDADE NACIONAL

A partir do estudo da historiografia caboverdiana, é possível afirmar que as lógicas políticas e literárias estiveram sempre interligadas em Cabo Verde. No entanto, a partir dos anos finais do século XX, ao passo que se começou a buscar a independência, a força política passou a se sobressair no cenário caboverdiano. Assim, também os intelectuais passam a se adaptar às modificações do meio e transmutam-se do lugar de intelectual mediador, para o de intelectual político.

Isto se deu, segundo Anjos (2006), pelo modo de distribuição do capital cultural e do capital social, que acabaram por determinar o lugar do intelectual caboverdiano. O capital social era conferido pela origem étnica, pelo prestígio entre

a população e pela relação com as autoridades, enquanto o capital cultural dizia respeito ao grau de conhecimento e desempenho dos códigos ocidentais.

Considerando o fato de que, na década de 1930, a elite intelectual não tinha cargos nem posses econômicas, mas tinha grande prestígio populista, no que se referia às suas intercessões junto à administração colonial, a distribuição das duas citadas formas de capital acabou por definir o literato caboverdiano como intelectual mediador.

A partir de 1960, houve a conversão do prestígio intelectual acumulado pelas gerações do *Seminário* e da *Clairidade* - gerações literárias -, em capital político. Na década de 1970, cresce a importância do capital político, levando à metamorfose do intelectual caboverdiano de literário para político ou, nas palavras do estudioso José Carlos Gomes dos Anjos (2006), político-literato. Tal capital político passa a estar associado ao processo nacionalista, e os político-literatos caboverdianos passam a se posicionar em relação a definição da identidade caboverdiana.

Outro fator importante a mencionar e que se evidenciará no romance a ser analisado, é o fato de que no decorrer da história de Cabo Verde, sempre houve a valorização do ensino como ferramenta essencial no processo de transformação social. Ao passo que se travavam lutas por mais justiça, dignidade e liberdade, intelectuais e escritores caboverdianos simultaneamente construíam a identidade da nação. Para Manuel Brito-Semedo,

[..] desde muito cedo, houve uma elite instruída em Cabo Verde, que via na escola o mais eficaz veículo de ascensão social, elite esta que constituiu o embrião da verdadeira elite cultural que viria a ser o motor do nacionalismo caboverdiano. (BRITO- SEMEDO *apud* CARVALHO; MADEIRA, 2015, p. 132)

Desde o princípio, foram criadas escolas em territórios caboverdianos e logo os habitantes das ilhas passaram a auxiliar nas questões administrativas. Além disso, os caboverdianos também foram intermediários dos nativos nas demais colônias em África, fato que não ocorreu na maioria dos países da África Lusófona.

Em contexto geral, pode-se afirmar que a educação exerceu um papel fundamental na história de Cabo Verde: inicialmente estimulando o surgimento de uma nova geração intelectual

destinada a conduzir o arquipélago à independência e, conseqüentemente, a integrar o aparelho do Estado caboverdiano, nos mais diversos departamentos. Foram os elementos dessa elite que reivindicaram, em momentos oportunos, a libertação da opressão colonial, e o retorno às origens, pressupondo para tal a “reafricanização dos espíritos”. (CARVALHO, MADEIRA, 2015, p. 131)

Dessa forma, a independência de Cabo Verde enquanto país e nação está intimamente ligada à educação e, conseqüentemente à literatura, pois esta passou a funcionar como mecanismo de combate e de afirmação do que seria particular e essencialmente caboverdiano. Por meio dela, “sobressai uma nação homogênea, com uma identidade cultural própria, evidenciando a sua posição privilegiada de um entrelaçar de culturas.” (MADEIRA, 2010, p. 14)

Pode-se dizer que na maioria dos países africanos de expressão portuguesa, a consciência nacionalista nasce a partir de um complexo movimento de construção de uma identidade cultural, que se apresenta, frequentemente, na produção literária local. De acordo com o estudioso de literaturas africanas Pires Laranjeira (2000) a busca pela autonomia de Cabo Verde passa pela

[...] identificação dos locutores entre si e com um projeto de independência literária face aos modelos coloniais da cultura. Reivindicação anti-colonial, afirmação nacional assunção étnica e folclórica, uso do bilinguismo textual ou de línguas não europeias (crioulo, forro, línguas bantas) exposição africanística, extração rácica, exultação independentista, todos os meios são aceitáveis pela comunidade de consciência não portuguesa, desde que possam inserir o texto no processo de instauração de uma comunidade africana. (LARANJEIRA apud SILVA, 2010, p. 42)

Segundo a maioria dos autores, as literaturas africanas de expressão portuguesa apresentam, aparentemente, duas fases: a literatura colonial, em que o centro do universo narrativo e poético é restrito ao homem europeu, “apagando” a figura do negro e a literatura africana de expressão portuguesa, que começa a abandonar os modelos europeus, desenvolvendo uma literatura mais autônoma, nas formas e temáticas.

No período de 20 a 30, do século XX, a literatura colonial teve sua máxima expressão, pela quantidade e pela marca colonialista que apresentava. Tratava-se ainda de uma grande quantidade de autores incapazes de “apreender o homem africano no seu contexto e na sua complexa personalidade” (FERREIRA, 1977, p.

11). Somente a partir da década de 30, começa a se delinear o que seria a autêntica literatura caboverdiana, ou seja, a que exprime a caboverdianidade.

Neste ponto, torna-se imprescindível falar na geração de *Claridade*, a geração literária que semeou nos corações caboverdianos a necessidade de voltar-se para o seu chão, valorizando o que lhes tornava únicos, na busca pelo sonho da independência.

O movimento da *Claridade* ou da caboverdianidade, fez despertar a nação sob o lema “fixar raízes na terra cabo-verdiana”. O período que se iniciou nos primeiros anos do século XX, precisamente na década de 1930, tornou Cabo Verde pioneiro na construção de um sistema literário e cultural autônomo. Era de fato, a independência cultural precedendo a independência política.

Tal iniciativa representou certa ruptura com a tradição literária anterior, ao assumir e defender o movimento de “fincar os pés” na terra caboverdiana. Tal expressão foi cunhada pelo escritor Manuel Lopes, um dos fundadores da revista *Claridade*, em 1936. Para Baltasar Lopes, outro fundador da revista,

Embora haja quem não pense assim, a verdade é que uma das mais ‘urgentes’ motivações de *Claridade* (revista e grupo) foi o estudo da realidade caboverdiana, com vista ao melhoramento económico e social da nossa gente, nomeadamente da que se situa nos níveis mais baixos de possibilidades. (LOPES *apud* FERREIRA, 1986, p. 30)

O escritor salienta ainda que ele e o grupo reduzido de amigos começaram a pensar sobre a realidade caboverdiana e que lhes preocupava o problema da formação social daquelas ilhas, o estudo das raízes de Cabo Verde. Dessa forma, a atitude de enraizamento no chão de Cabo Verde refere-se à valorização da realidade física e cultural do arquipélago, da sua geografia aos seus costumes e história e às peculiaridades do seu território. Dessa maneira, os primeiros passos na reflexão sobre o que era de fato ser caboverdiano paritou dos intelectuais da época, utilizando a literatura como instrumento mediador no processo de construção de sua identidade.

Após o início do movimento claridoso, escritores e intelectuais caboverdianos, projetaram seus esforços para observar e representar a parte viva e peculiar de sua pátria, os segmentos que não adotavam critérios ou padrões que serviam ao colonialismo. Pela primeira vez na história, os modelos temáticos europeus foram

ignorados para dar lugar aos elementos do mundo crioulo. O romance *Chiquinho* (1938), de Baltasar Lopes da Silva, é considerado pioneiro dessa espécie de corrente literária.

Tal movimento provocado, primeiramente, pela iniciativa da intelectualidade caboverdiana transformou o modo de fazer literatura naquele território. O discurso literário centrava-se agora na insularidade do espaço e na denúncia viva da realidade que assolava o povo caboverdiano. Problemas como a seca, a fome e a emigração tornaram-se temáticas constantes.

A partir daí, o centro de interesse das diversas gerações de elites intelectuais caboverdianas esteve sempre reportado a uma espécie de sentimento nativista, pautado na reclamação de um estatuto de igualdade, que posteriormente levou à consciência regionalista, que reivindicava a diferenciação regional e, por fim, à geração de Cabral, cujo foco era a afirmação nacionalista e a exigência de autonomia política do arquipélago.

De início, é interessante mencionar uma característica marcante do movimento claridoso: o fato de todos os seus fundadores terem feito parte de sua formação em Portugal, entre as décadas de 20 e 30. Nessa época, o modernismo é a corrente literária dominante em Portugal. Nas palavras de Anjos (2006), “esse modernismo é importado e reformulado no contexto caboverdiano para a contraposição à geração romântico-clássica.” (ANJOS, 2006, p. 125). Além disso, a reivindicação de originalidade regional defendida pelos claridosos era também uma contraposição ao poder colonialista português.

No que se refere à ordem temática, a fome passou a ser uma constante nos textos caboverdianos. Associada a ela, surge ainda, a noção de originalidade cultural que torna ilegítima a pretensão portuguesa da unidade nacional imperial e ilegítima a presença da administração colonial portuguesa no arquipélago. No entanto, além da dependência econômica de Portugal, havia também certa dependência literária, constatada pela formação dos escritores caboverdianos em Portugal e pelo anseio que os mesmos sentiam, à espera do “consagrante olhar de Lisboa”.

Além disso, também na geração claridosa evidenciou-se a condição ambivalente do homem caboverdiano, dado que se verificará na análise de *Chiquinho*. Já no primeiro número de *Claridade* (1936), o escritor Manuel Lopes



desenhava um perfil dos nativos do arquipélago. Na opinião de Lopes, o homem caboverdiano se caracteriza como prudente e, ao mesmo tempo, expansionista. De acordo com o escritor,

essa prudência não lhe permite satisfazer plenamente o seu desejo de aventura. Dum lado temos o instinto de libertação criada por dois factores: a sua condição de ilheu (o mar é um convite a estender-se ao redor) e a esterilidade da terra, as estiagens repetidas - e por outro lado o amor por essa mesma terra de que ele pretende libertar-se, à sua prudência, e, em conclusão à sua trágica renúncia às longas distâncias - ou o regresso inevitável imposto pela nostalgia. [...] (LOPES, 1936, p. 05)

Assim, segundo Lopes, devemos considerar no homem caboverdiano “ a coexistência de duas atitudes opostas, ambivalente, cuja luta dá em parte origem ao seu conflito psicológico”. (LOPES, 1936, p. 05). Neste sentido, a evasão torna-se uma especificidade característica do homem caboverdiano, algo de que se falará com mais profundidade ao analisar o romance de Baltasar Lopes.

No mesmo número da revista, no poema *Almanjarra*, do escritor Osvaldo Alcântara, destaca-se mais um componente da identidade do homem caboverdiano: a cultura oral, evidenciada nas histórias contadas pelos mais velhos, que transmitem todo o misticismo presente na cultura e no cotidiano das ilhas.

*Agora nos vou contar  
uma história divertida  
dos pescadores da terra  
das feiticeiras do mar:  
O Boi-Douro foi-se banhar  
nas águas do mar...  
No cocoruto duma onda  
apareceu uma moça  
que tinha corpo de peixe  
cabeça fina de gente.  
Ela estava cantando. (Alcântara, 1936, p. 08)*

É também com o despertar de *Claridade* que se iniciam às tomadas de posição quanto a identidade do arquipélago: *Claridade* tem o Brasil como referência em oposição tanto à África quanto a Portugal; já a geração anterior a *Claridade* ainda busca vincular as raízes culturais do arquipélago exclusivamente à metrópole. A geração posterior à revista insere-se nos parâmetros das lutas de libertação nacional em África e resgata no continente negro as raízes culturais da identidade nacional caboverdiana. (ANJOS, 2006, p 141)

Ao longo deste estudo, evidenciou-se a literatura como um espaço cultural privilegiado para a elaboração de discursos nacionalistas. Neste sentido, voltemos ao primeiro número de *Claridade*, em que um de seus organizadores, Manuel Lopes, traz alguns apontamentos sobre a constituição cultural do indivíduo caboverdiano. De acordo com o escritor, há dois grupos culturais que acabam por definir uma fisionomia própria dos homens do arquipélago. Tal dualidade é oriunda dos fatores capitais da formação de Cabo Verde: o europeu e o afro-negro. (p. 09)

Segundo Lopes,

O patriarcalismo agrário de S. Tiago, com os característicos *morgadios*, servidos por grandes propriedades, criou um tempo de civilização semelhante às zonas brasileiras de economia escravocrata à sombras das casas-grandes com os engenhos. (LOPES, 1936, p. 09)

Ao contrário, os indivíduos das zonas de Barlavento,

patriarcalizaram-se, transformando-se todos, senhores e escravos, numa família. [...] Daí a miscigenação em grande, sendo que os filhos resultantes da união de senhores e escravos viriam a constituir o recurso necessário de mão- d'obra para a lavoura. (LOPES, 1936, p. 09)

Na visão do escritor, como a exemplo do Brasil, a miscigenação é um fator positivo, pois a evolução é necessária e a miscigenação cria um ambiente de liberdade, e no sentido de “todas as forças de cultura terem inteira oportunidade de expressão criadora.” (LOPES, 1936, p. 09)

De acordo com José Augusto dos Anjos, “situando-se no universo da colonização portuguesa em Cabo Verde, três categorias são apresentadas como possibilidades de classificação do povo caboverdiano: o mestiço, o africano e o europeu. (ANJOS, 2006, p. 139) Assim, de modo generalizado, pode-se dizer que a tomada de posição sobre a identidade do arquipélago advinda de *Claridade*, busca no Brasil um modelo de referência, em oposição tanto à África quanto a Portugal - posicionamento distante do que pregava a geração anterior, vinculando as raízes culturais de Cabo Verde exclusivamente à Portugal.

Neste período, funda-se a identidade mestiça do homem caboverdiano. A exemplo do Brasil, Cabo Verde recebe influências culturais e identitárias africanas e europeias, fazendo da multiplicidade sua originalidade. Na opinião do escritor Gabriel Mariano, isto se dá em parte, porque “o caboverdiano não reconhece seus

traços de fenótipo a não ser quando se confronta com o “outro” na emigração. (MARIANO *apud* ANJOS, 2006, p. 137)

Ademais, é possível afirmar que ao se referir à formação da identidade nacional caboverdiana, trata-se da definição do lugar de Cabo Verde no universo colonial português, entre europeu ou africano. Além disso, percebe-se, nitidamente, que todas as tomadas de posição ou ideologias emergentes sobre esta temática, estão relacionadas à trajetória intelectual dos literatos caboverdianos.

Exemplo disso, apresenta-se na figura dos escritores Baltasar Lopes e Amílcar Cabral: o primeiro, vinculado ao pólo metropolitano de Barlavento - o Mindelo, a capital cultural que se associa “naturalmente” a europeidade. Já o segundo, de origem santiaguense, carrega traços dessa africanidade presente em Cabo Verde. “ Enquanto o primeiro afirma a especificidade mestiça de Cabo Verde, o segundo funda na africanidade o nacionalismo político caboverdiano. (ANJOS, 2008, p. 148)

### 3.2 UM PARÊNTE (SE) CHAMADO BRASIL

Ao observarmos atentamente a trajetória de desenvolvimento de Cabo Verde, notar-se-á muitas semelhanças que aproximam o arquipélago do Brasil. Mesmo geograficamente distantes, essas duas nações tem compartilhado momentos similares em sua história: a começar pela colonização portuguesa; em seguida, a renúncia à submissão colonial e a negação da cultura colonizadora; a composição de seus espaços geográficos muito semelhantes; anseios de autonomia e de afirmação de uma identidade cultural; além das dores partilhadas, principalmente com o povo nordestino, causadas pela seca, fome e o incessante desejo de partida.

A primeira semelhança entre Brasil e Cabo Verde, decorrente de sua colonização, diz respeito a sua condição de extensão do território português e da fácil adaptação que a suposta universalidade da identidade portuguesa ganhava nos trópicos. A colonização de Cabo Verde é apontada por muitos como o único exemplo que se assemelha ao milagre que foi a criação do Brasil.

Tanto no Brasil, quanto em Cabo Verde, exaltou-se a colonização portuguesa em detrimento de outras, como a inglesa, por exemplo. Nas palavras do sociólogo Gilberto Freyre (2003) “na falta de sentimento ou de consciência da superioridade da raça, tão evidentes nos colonizadores ingleses, o colonizador do Brasil apoiou-se no critério da pureza da fé” (FREYRE apud BARROS, 2010, p. 26). Da mesma maneira, João Lopes também enaltece o modelo português de colonização em oposição aos colonizadores anglo-saxónicos que, “[...] sempre munidos da piedosa Bíblia protestante, asfixiaram moralmente o pobre negro em nome da grande Civilização, apertando-o nas tenazes da colour line, e não permitindo que ele se evadisse desse compartimento estanque”. (LOPES apud BARROS, 2010, p. 26)

A influência das ideias de Freyre foi tanta que, a partir de 1936 e ao longo da década de 40, havia em Cabo Verde a manifestação de uma espécie de idolatria pelo autor. Para alguns intelectuais “o entusiasmo foi tanto que [de entre eles] houve quem dormisse com Casa Grande & Senzala na banquinha da cabeceira, e o manuseasse com o mesmo fervor com que os crentes lêem as Sagradas Escrituras” (SOUSA apud BARROS, 2010, p. 31). No entanto,

a tão aguardada visita do sociólogo brasileiro ao arquipélago e as suas considerações posteriores na não confirmação de Cabo Verde como um caso bem sucedido do mundo lusotropical, à semelhança do Brasil, ficaram goradas as expectativas, originando assim mágoas e desilusões no seio da intelectualidade caboverdiana. (BARROS, 2010, p. 31)

Ainda assim, quando se trata da questão literária, os diálogos entre os intelectuais brasileiros e caboverdianos mostram-se muito prolíferos. De acordo com Manuel Ferreira (1987), o modernismo brasileiro, momento de renovação e revitalização de processos literários, serviu como alavanca propulsora para algumas literaturas africanas, dentre elas, a caboverdiana. É possível perceber por meio de vários textos ou mesmo através da fala de alguns escritores do arquipélago, que a literatura brasileira exerceu grande influência no nascimento de uma literatura engajada, propriamente caboverdiana, preocupada com os problemas de sua terra e embebida de sentimento nacionalista.

A necessidade de conquista de sua autonomia literária, que surge quando os intelectuais caboverdianos se voltam para problemas específicos de seu espaço, esquecendo as vertentes culturais herdadas do colonizador, provoca a

busca por uma espécie de orientação ou modelo literário, que será encontrado pelos caboverdianos na literatura brasileira. É na década de 30, logo no início do nosso modernismo, que encontram a perspectiva que lhes faltava no interior da colônia. Para Manuel Ferreira,

Seria um erro ou uma infração querermos, à viva força, para a narrativa cabo-verdiana, ir ao passado buscar modelos, paradigmas ou impulsos. A aprendizagem literária desses autores foi, predominantemente, veiculada pelo texto em português e, como já dissemos, pelo texto brasileiro. (FERREIRA apud SILVA, 2012, p. 37)

O sociólogo Antônio Cândido destaca que, no início do século XX - precisamente entre 1900 e 1945 - os brasileiros começam a tomar consciência de sua diversidade e das especificidades do seu território, afastando-se assim das matrizes europeias. Tal movimento, como descrito na seção anterior, também se dá em Cabo Verde, e certamente não foi alheio às influências literárias do Brasil.

De acordo com Baltasar Lopes, “Ora aconteceu que por aquelas alturas, nos caíram nas mãos, fraternalmente juntas, em sistema de empréstimo, alguns livros que consideramos essenciais *pro domo nostra*”. (LOPES apud FERREIRA, p. 34). O autor afirma isto citando autores como José Lins do Rego, Jorge Amado, Amando, Fontes, Marques Rebelo e Manuel Bandeira.

Como anteriormente apontado, a partir de 1936, a revista *Claridade* se revela como poderoso instrumento a serviço da reprodução e formatação do que ainda hoje constitui a imagem contemporânea de Cabo Verde. O próprio nome da revista deixa entrever uma intenção de visibilidade, de iluminação, de busca por novos caminhos, em que os caboverdianos se vissem livres da opressão colonial e voltados para um projeto de construção identitária.

Nesse sentido, a partir do início do século XX, a trajetória literária caboverdiana apontará fortes conexões com a trajetória literária brasileira. De acordo com a especialista em estudos de literaturas africanas de Língua Portuguesa, Simone Caputo Gomes (2008),

Ao assumir a afinidade com o Brasil e sua cultura mestiça e autônoma, os escritores claridosos – em processo de emergência da consciência cultural e nacional, como os irmãos africanos de Angola, Moçambique, São Tomé e Guiné- Bissau – evidenciaram a sua determinação em refletir-se em (e por meio de) outros espelhos, mais próximos porque detentores de um itinerário

histórico igualmente colonizado. (GOMES apud MARCOS; BEZERRA, 2012, p. 02)

Para o português José Osório de Oliveira, em artigo publicado na revista *Claridade*, em 1936,

Os caboverdeanos precisavam dum exemplo que a literatura de Portugal não lhes podia dar, mas que o Brasil lhes forneceu. As afinidades existentes entre Cabo Verde e os estados do Nordeste do Brasil predispunham os caboverdeanos para compreender, sentir e amar a nova literatura Brasileira. Encontrando exemplos a seguir na poesia e nos romances modernos do Brasil, sentindo-se apoiados na análise do seu caso, pelos novos ensaístas Brasileiros, os caboverdeanos descobriram o seu caminho. (OSORIO, 1936, p. 04)

A importação de modelos dos intelectuais brasileiros auxilia os claridosos em leituras acerca da identidade mestiça e da afirmação de que Cabo Verde se destaca como uma importante região inserida nos trópicos. De acordo com Dulce Almada Duarte (2004) “o Nordeste Brasileiro, com as suas secas e os seus êxodos, as suas esperanças, e as suas frustrações, surgia como eco longínquo e amplificador dos gritos de revolta que morreriam na garganta dos homens das ilhas.” (DUARTE apud CARVALHO; MADEIRA, 2015, p. 149). Nesse sentido, a influência brasileira serviu, principalmente, para a assimilação do conceito de regionalismo por parte dos caboverdianos, o que impulsionou a atitude de *finçar os pés na terra*, como foi metaforicamente afirmado por Manuel Lopes.

As temáticas dos romances de 30 brasileiros repercutiam as angústias do povo caboverdiano. As questões das longas secas, da fome, da morte, da extrema miséria e da necessidade de emigração abordadas nesses romances eram também questões que assolavam a realidade do arquipélago. O regionalismo literário brasileiro serviu como válvula propulsora da tomada de consciência dos intelectuais caboverdianos, que influenciou o despertar dos escritores para a observação e apreciação de sua realidade, fortalecendo o sentimento da caboverdianidade que começava a brotar naquela gente.

No entanto, mesmo bem intencionada, a revista *Claridade* começa a sofrer algumas críticas com relação ao projeto nacional que propunha. Conforme aponta o já mencionado sociólogo José Carlos Gomes dos Anjos, na visão de alguns estudiosos, na tentativa de elaborar a criolitude, os claridosos se limitaram a uma

colaboração crítica na reordenação da perspectiva da administração colonial sobre o arquipélago, criando com isso uma realidade regional, seguindo os moldes brasileiros.

Apesar das grandes mudanças operadas pelo surgimento da revista e de sua influência na formulação e modo de pensar a identidade dos habitantes das ilhas, ainda assim não havia unanimidade que fornecesse uma base concreta para a afirmação da identidade caboverdiana.

De certa forma, as oposições entre a geração do *Seminário* e a geração de *Claridade*, operaram também uma reformulação no modo de pensar e fazer arte. Segundo a maioria dos estudiosos da literatura caboverdiana, enquanto os primeiros fundamentavam o modelo da “arte pela arte”, os claridosos fizeram da arte ou da literatura, propriamente dita, uma poderosa arma no engajamento a favor das causas sociais. A partir daí, já não importam mais os modelos literários, mas sim o ato de “fincar os pés na terra”, de voltar-se por completo para o cenário caboverdiano.

No entanto, o ensaio de Onésimo Silveira (1963), intitulado *Consciencialização na literatura cabo-verdiana*, foi um duro golpe sofrido pelos claridosos. De acordo com o escritor, não houve a criação de uma ideologia contestatória concreta, por parte dos intelectuais de *Claridade*, que acabaram por romantizar os problemas de Cabo Verde, como o caso do evasionismo, que foi contestado pela geração seguinte à *Claridade*, por meio da afirmação do anti-evasionismo. Na opinião de Silveira (1963), a intelectualidade ou a erudição que fez surgir o projeto claridoso foi o mesmo fator que o enfraqueceu. Para ele,

O enraizamento tentado pelos componentes do grupo resultou numa atitude literária inoperante. Isto, em consequência de não se terem esses homens apercebido de que o enraizamento da literatura caboverdiana era impossível sem a consciencialização, entendida esta como intervenção no processo social, quer no momento da criação literária quer no momento da acção prática. (SILVEIRA, 1963, p. 11)

O estudioso afirma ainda que os escritores dessa geração apenas tiveram uma sensação ilusória de tratar dos problemas do arquipélago, mas que nunca fizeram mais do que “raspar a superfície” de tais adversidades. Para justificar tal afirmação, Silveira critica o evasionismo, uma das temáticas criadas e mais

difundidas pelo movimento claridoso. Para ele, o drama da evasão se tornou “a tradução intelectual do problema da emigração do ilhéu” (SILVEIRA, 1963, p. 12). Sobre tal atitude dos claridosos, o escritor afirma que

[...] esses homens não lograram tomar e manter, no plano literário e no da acção prática, as posições necessárias à denúncia desse problema em termos positivos. Focando o drama da evasão, a dualidade «querer partir e ter que ficar» ou «querer ficar e ter que partir» — conforme a filosofia evasíonista de cada um [...] (SILVEIRA, 1963, p. 12)

De acordo com o escritor, essa postura criou uma imagem estereotipada do homem caboverdiano. O problema da emigração foi simplificado, sem se preocupar com as origens sociais ou psicológicas que motivavam tal movimento.

Para Silveira (1963), faltou a identificação do individual com o povo, “aquele grau de comunhão emocional e intelectual que leva espontaneamente à identificação da consciência individual do escritor com a consciência colectiva das massas.” (SILVEIRA, 1963, p. 12) Neste sentido, para o autor, o drama do evasíonismo seria muito mais uma problemática individual dos autores claridosos, que estavam frustrados pelo “desejo irrealizado de conhecer e viver em meios mais fortemente ocidentalizados que o meio caboverdiano”. (SILVEIRA, 1963, p. 13)

Um dado importante a se mencionar é que todas as gerações de intelectuais em Cabo Verde, desde *Claridade* até a independência nacional, definiram-se a partir da fundação de revistas literárias. Considerando o fato de que a maioria da população era analfabeta e que a escrita era um instrumento de ascensão social, os intelectuais ocupavam lugar privilegiado nesse contexto e mesmo a publicação de textos curtos já servia para os consagrar.

Dando sequência à trajetória literária caboverdiana, surge em 1944 a revista *Certeza*, marcando o início de uma nova geração de intelectuais: a geração pós-claridade, cujos participantes eram, em sua grande maioria, ex-alunos de Baltasar Lopes, o que confirma a influência da geração de *Claridade* no projeto do novo periódico.

De acordo com Anjos (2006), as gerações que surgiram depois de *Claridade*, dividem-se em duas correntes opostas quanto à definição da identidade caboverdiana. Para a geração subsequente à *Claridade*,



a literatura é o espaço de afirmação intelectual que garante os lucros (sobretudo simbólicos) de se constituir como definidor da identidade caboverdiana sem os riscos de uma implacável perseguição da polícia política portuguesa - PIDE. Os outros, engajam-se no processo de descolonização e afirmam a africanidade do arquipélago como parte das lutas políticas contra o poder colonial português. (ANJOS, 2006, p. 133)

No que se refere a construção da identidade nacional, as duas primeiras gerações pós-Seminário, *Clairidade e Certeza*

[...] inventam e consolidam a identidade mestiça do arquipélago, enquanto as gerações seguintes, mais vinculadas à luta de libertação nacional, colocam acento numa reformulação revolucionária da identidade que vincula Cabo Verde à África. (ANJOS, 2006, p. 133)

Neste ponto, ao se tratar da possível identidade mestiça do arquipélago, cabe aqui lembrar um fato importante e influente nesta temática: a passagem de Gilberto Freyre - o mesmo sociólogo que fundou o Brasil mestiço - pelas ilhas caboverdianas. Tal viagem, em outubro de 1951, resultou no livro intitulado *Aventura e Rotina* (1953), cuja recepção entre os claridosos, não foi agradável.

Para muitos estudiosos, dentre eles o embaixador de Cabo Verde no Brasil, Daniel Antônio Pereira, ficou a impressão de que Gilberto Freyre não esteve em Cabo Verde com o olhar direcionado às especificidades daquelas ilhas, tampouco aos seus habitantes, mas sim para observar o que se fizera português naquelas terras.

Além disso, por vezes, o sociólogo parece descrever ou hesitar em afirmar o sucesso do fenômeno miscigenatório nas ilhas, considerando que os caboverdianos mantêm sua origem africana.

[...] Mas no que o primeiro contato com Cabo Verde me faz principalmente pensar é na miscigenação que aqui foi ensaiada de modo intenso pelo português, com judeus e, notadamente, com negros, antes de ser desenvolvida na América tropical, sobre o lastro ameríndio. O primeiro caldeirão de ensaio dessa aventura étnica foi esta ilha de São Tiago, hoje tão negróide: sinal de que, ao contrário do que vem sucedendo, cada vez mais, no Brasil, o grosso da população vem mantendo o elemento de origem africana. (FREYRE apud PEREIRA, 2013, p. 30)

Ademais, Freyre acaba por negar aos caboverdianos o que tanto almejavam: a herança europeia. Para ele, os caboverdianos pouco tinham de europeus, já que o elemento africano se sobressaía ao português em quase todos os aspectos. De acordo com o estudioso,

É de certo modo esta a impressão que sinto em face da gente do povo de São Tiago: a impressão de uma população sociológica e até etnicamente aparentada com a portuguesa ou a brasileira, mas demasiadamente dominada pela herança da cultura e da raça africanas para que seu parentesco com portugueses e brasileiros seja maior que o exotismo de sua aparência e de seus costumes. Costumes, muitos deles, ainda solidamente africanos. Outros de tal modo africanóides que retêm sua potência africana sob o verniz europeu [...] (FREYRE apud PEREIRA, 2013, p. 31)

Mais do que apenas deixar decepcionados os intelectuais caboverdianos e fazer reverberar comentários e posicionamentos negativos, a visita do sociólogo brasileiro também serviu como alimento para fortalecer a consolidação identitária em Cabo Verde.

Após a passagem do escritor Manuel Ferreira pelas ilhas caboverdianas, na década de 50, é possível observar que em vários de seus escritos ele ressalta justamente aquilo que Freyre refutou aos caboverdianos: uma personalidade cultural e literária própria e consolidada. Para Manuel Ferreira a consolidação da literatura nacional caboverdiana estava associada à contestação da colonização portuguesa.

Também para Manuel Lopes, a geração literária da década de 50 traz novos elementos, como “agressividade e rebeldia”, que acentuam o ponto de vista ideológico de resistência à colonização. Nas palavras de Anjos (2006): “Se a Claridade havia rasurado o pai (Portugal), mas não propriamente combatido, as gerações dos anos 50 e 60 vão combater o pai, vão destruí-lo. (ANJOS, 2006, p. 135)

Durante a geração da revista *Certeza*, o movimento de libertação do “pai português” ganhou forças na tentativa de consolidação do discurso sobre a identidade caboverdiana como mestiça. Nesta etapa, destaca-se o papel do escritor Gabriel Mariano:

Na minha juventude em Cabo Verde, o que eu pensava e sentia era que o caboverdiano não era uma fotocópia do português, consoante diziam os governantes portugueses. Eu sentia e exprimi, nos tempos de estudante liceal, que havia uma certa originalidade na formação da sociedade cabo-

verdiana e do homem caboverdiano. Eu senti isso graças à revista *Claridade* [...]. Eu não compreendia muito bem por que motivo Cabo Verde era sempre governado por um governador português, escolhido em Portugal. Eu não compreendia muito bem por que motivo, nos anos de crise, de fome, de estiagem, as lojas da cidade estavam cheias de gêneros alimentícios - milho, feijão, etc., e, entretanto, as pessoas morriam de fome... (MARIANO apud LABAN, 1992, p. 300) (ANJOS, p 137)

Entre os séculos XVIII e XIX, a figura do mestiço consolidou uma posição social intermediária, cuja cultura mesclava influências europeias e africanas. Tal mistura de culturas distintas, originou uma nova, a caboverdiana. Os mestiços passaram a concorrer pelo poder social, econômico e administrativo, o que poderia ameaçar a soberania portuguesa e, por isso, a eles eram associados um conjunto de conotações simbólicas negativas, principalmente sua africanidade.

No domínio literário, tendo em mente que a geração claridosa tinha o Brasil como referência, em oposição tanto a Portugal quanto à África, a geração posterior à *Claridade* insere-se nos parâmetros das lutas de libertação nacional em África e lá resgata as raízes culturais negras, como componentes da identidade nacional.

Mesmo que em termos de temática ainda se continue seguindo os moldes dos romances regionalistas brasileiros, houve uma grande ruptura do ponto de vista ideológico, por parte dos intelectuais. Muitos estudantes que se dedicavam à produção literária passaram à prática política-militante, estimulados, principalmente, pelo movimento de repressão política e censura rígida da época. Sabe-se que 1962, ano de surgimento da revista *Seló*, alguns caboverdianos já haviam sido presos, suspeitos de atividades subversivas, os intelectuais passaram a ser intensamente vigiados e seus textos colocados sob censura.

Muitos escritores jovens começaram a se posicionar contra a utilização da figura do escritor como símbolo do caráter assimilador do colonialismo, além de criticar ferozmente as manifestações intelectuais que não contestassem o domínio português. Além disso, essas gerações posteriores à *Claridade*, como já mencionado, buscavam em África a essência da caboverdianidade, num movimento de desconstrução da identidade mestiça criada pelos claridosos.

## 4. ANÁLISE

### 4.1 O INTELLECTUAL BALTASAR LOPES E A CABOVERDIANIDADE

Falou-se nesta pesquisa sobre os sujeitos intelectuais, mais precisamente dos escritores, e como estes influenciaram na consolidação da caboverdianidade. Destaca-se agora o autor que deu vida ao fruto desta pesquisa. Aquele cuja história de vida e atividade literária se confunde com a própria história de consolidação do arquipélago.

Figura de destaque na história literária de Cabo Verde, o escritor Baltasar Lopes nasceu no Caleijão - Ilha de São Nicolau, aos vinte e três dias de abril de 1907. Era filho de uma das famílias de proprietários agrícolas mais prestigiadas daquela ilha e, desde cedo, por meio de seu pai, foi estimulado à intelectualidade. Após iniciar seus estudos em São Nicolau, vai cursar o secundário no Liceu de São Vicente. Entre os anos 1922 até 1930, o escritor se instala em Portugal para cursar Direito. Em 1935, já de volta a Cabo Verde, torna-se professor do liceu e exerce advocacia.

Baltasar Lopes é tido como um dos maiores nomes da literatura caboverdiana, sendo sempre citado e aclamado pelos manuais de literatura das ilhas. De acordo com o escritor e cineasta caboverdiano, Leão Lopes, autor do livro *Baltasar Lopes: um homem arquipélago na linha de todas as batalhas - itinerário biográfico até o ano de 1940*:

O itinerário de Baltasar Lopes da Silva construiu-se com o País e com ele se confunde porque encarnou as ilhas que lhe deram o sentido de ser caboverdiano e a determinação de luta por uma causa — a caboverdianidade; porque projectou na sua gente a finalidade de sua vida intelectual, profissional e cívica. (LOPES, 2017, p. 10)

Já no ano de 1948, citado como grande marco na vida de Baltasar Lopes e da literatura caboverdiana, nasce *Chiquinho*, o primeiro romance do autor. A descrição da aldeia do Caleijão feita por Baltasar na narrativa carrega suficiente exotismo para enquadrar a narrativa no movimento modernista que vigorava em Portugal e no Brasil.

Como citado inicialmente, a literatura caboverdiana foi muito influenciada pelo regionalismo brasileiro. Acreditava-se que a literatura brasileira era um fiel retrato da realidade e, sendo semelhante à realidade caboverdiana, para os escritores do arquipélago era, portanto, um parâmetro que poderiam seguir. Além disso, a aproximação identitária entre os dois territórios se deve também a miscigenação, como mito de origem comum: em ambos os países, africanos e portugueses se encontraram e acabaram por produzir uma nova cultura.

Influenciados pela literatura brasileira e portuguesa, todos os esforços aplicados na construção da identidade cabo-verdiana nessa época, se deram no sentido de afastar às ilhas de África. Ao mesmo tempo, os escritos de Baltasar Lopes e seus companheiros da Revista *Claridade* “parecem constituir as primeiras manifestações duma consciencialização literária, cultural, nas ex-colónias portuguesas em África.” (LOURENÇO apud VENÂNCIO, 1992, p. 12).

Embora não estivessem totalmente afastados e imunes às influências portuguesas, Baltasar Lopes e seus companheiros, a pequenos passos iniciaram uma caminhada rumo à consciencialização literária e identitária em Cabo Verde. Nunca antes se tinha ouvido falar, ou melhor, se tinha sentido a caboverdianidade e a necessidade de encontrá-la.

Após a publicação de *Chiquinho*, Baltasar Lopes continuou ainda dedicando boa parte de seus escritos a falar de Cabo Verde. Na obra *Cabo Verde visto por Gilberto Freyre* (1956), o autor traz à tona algumas considerações sobre a visita do sociólogo brasileiro ao arquipélago. De acordo com ele, os intelectuais caboverdianos esperavam que o “mestre”, confirmasse o que a geração claridosa vinha afirmando sobre Cabo Verde, o que, segundo ele, não aconteceu de fato. Já no volume *O dialeto crioulo de Cabo Verde* (1957), de maneira mais pragmática, Lopes descreve a gramática, fonologia e o léxico do crioulo caboverdiano.

Alguns anos mais tarde, em 1961, juntamente com o escritor também caboverdiano, António Aurélio Gonçalves, Baltasar Lopes publica a *Antologia da Ficção Cabo-verdiana contemporânea*. Em 1986, o livro de poemas *Cântico da Manhã Futura*, sob o pseudônimo Osvaldo Alcântara, e *Os trabalhos e os dias* (1987), que é um livro de contos em que, a partir de uma releitura do original grego, escrito por Hesíodo, Baltasar Lopes apresenta-nos a trajetória do povo caboverdiano, da opressão à libertação, em que “o fio condutor dessa trajetória não

é outro senão o que busca as origens de um povo até então aparentemente 'adormecido'." Há um resgate e recriação do universo africano, ligado à trajetória cabo-verdiana, que acaba por demonstrar o que foi anteriormente citado sobre os períodos que sucederam à *Claridade*, no que tange a retomada das raízes africanas como elemento constituinte da identidade caboverdiana.

Sobre a obra a ser analisada, destaca-se o fato de ser considerada o principal escrito de Baltasar Lopes e a primeira obra genuinamente caboverdiana. *Chiquinho* é considerado pelos críticos um romance de aprendizagem, pois o leitor pode acompanhar a trajetória de desenvolvimento da personagem principal, desde sua infância a vida adulta.

O romance estrutura-se em três partes: *Infância*, *S. Vicente* e *As-águas*. A primeira parte é composta por recordações da personagem principal, Chiquinho, sobre sua infância no Caleijão - uma espécie de pequena vila, localizada na ilha de São Nicolau. A segunda trata de sua formação acadêmica e a terceira dedica-se ao seu retorno à aldeia do Caleijão, seu local de origem.

Todo o romance é revelado ao leitor por meio de um narrador autodiegético, o próprio Chiquinho, que agora adulto, recorda-se de seus tempos de menino e de moço, carregando o romance de memórias, que despertam sentimentos antagônicos no protagonista, que ora mostra-se feliz, ora melancólico.

Isto porque há recordações muito alegres sobre sua infância, como quando todos paravam para escutar as histórias de Mamãe-Velha à beira do fogo, ou quando saía para brincar com os meninos de sua idade. Por outro lado, desde pequeno Chiquinho conviveu com a pobreza e a fome rondando sua existência. O menino relata como todos sofriam no período de estiagem e como era duro o trabalho no plantio e colheita das hortas da família.

Além disso, já no início o protagonista revela ao leitor que seu pai, António Manuel, assim como muitos outros caboverdianos da época, encontrava-se em situação de imigrante na América do Norte. O único canal de comunicação estabelecido com o pai ou com aquela terra distante era por intermédio de cartas e fotografias. Todos da família, principalmente Chiquinho, tinham muito orgulho da posição em que se encontrava o pai e dos dólares que por vezes recebiam pelo correio.

Assim como os que migravam para a América do Norte para trabalhar e enviar dinheiro para às famílias em Cabo Verde, também havia os que saíam para trabalhar o mar, ocupação que muito despertava o interesse do pequeno Chiquinho, pois ficava encantado com às histórias relatadas pelos marinheiros sobre as moças do mar e sobre como o mundo era vasto e havia muitas coisas a se conhecer. Também neste período Chiquinho começa a despertar para a intelectualidade, pois passa a frequentar a escola, sendo incentivado a estudar para não ter que pegar no cabo da enxada como o restante da família que não teve acesso à educação.

Já a segunda parte, *S. Vicente*, dá enfoque a estadia de Chiquinho na ilha de São Vicente, para continuar seus estudos. Chiquinho, que agora já é um jovem estudante do liceu, após aceitar o convite do amigo Andrezinho, passa também a fazer parte de uma espécie de associação de renovação administrativa, social e espiritual, denominada *Grémio*.

Chiquinho e os demais companheiros do *Grémio* passaram a observar mais atentamente os problemas que assolavam a realidade caboverdiana e, assim, incidir sobre eles, na tentativa de operar mudanças em suas realidade. Como, por exemplo, intervir junto às autoridades locais, promovendo uma conferência pública com o governador e a população, quando a Ilha de São Vicente foi abalada pela crise do Porto Grande.

Também em São Vicente Chiquinho conhece Nuninha, sua grande paixão. A menina era filha de Nhá Cidália, dona da casa na qual Chiquinho havia se instalado. Após alguns dias de convivência, ambos estavam apaixonados e já faziam planos futuros, como emigrar para a América, onde acreditavam que lhes aguardava uma vida muito melhor do que a que tinham em Cabo Verde. No mesmo período, o grupo do *Grémio* passou a enfrentar algumas dificuldades e uma nova crise, devido a estiagem, atacou brutalmente a Ilha de São Vicente. Chiquinho perde Parafuso, seu grande amigo, para a fome. Com isto, decide retornar a sua aldeia, no Caleijão, deixando Nuninha sob promessas de seu retorno.

De volta ao seu local de nascimento, assim como seus colegas de liceu, passa a lecionar em São Nicolau, no posto de Morro Braz. Após alguns anos de fartura nas aldeias, seguiram-se anos de escassez de chuva, trazendo a seca e, conseqüentemente, a fome e a morte aos habitantes do arquipélago, levando o povo

ao desespero. Devido a tais condições, o povo fora obrigado a emigrar para as regiões que oferecessem maiores condições de sobrevivência.

Com isto, Chiquinho teve que desistir de sua carreira profissional e regressar à sua casa, no Caleijão, uma vez que um a um, seus alunos desistiam de ir à escola, pois precisavam lutar por sua sobrevivência, migrando para outras regiões. Numa destas viagens, Chiquinho perde Emílio, um de seus melhores alunos.

Quanto mais a fome atacava, mais o povo tornava-se impaciente, ao ponto de assaltar lojas alimentícias e revoltar-se contra às autoridades locais. Neste período, Chiquinho perde também seu velho amigo de infância, nhô Chic'Ana, o que lhe torna ainda mais descrente e desanimado com a realidade que o cerca. A convite do pai, decide embarcar para a América, deixando o final do romance em aberto.

Após uma breve contextualização sobre o autor e a obra, apresenta-se a seguir, alguns pontos que foram analisados, a fim de verificar elementos ou possíveis traços constituintes da identidade caboverdiana no romance, sempre estabelecendo relação com a intelectualidade dos indivíduos do arquipélago

#### 4.2 O DRAMA DO EVASIONISMO CABOVERDIANA

*“Corpo qu’ê négo, sa ta báí;  
Coração, qu’ê fôrro, sa ta fica...  
(O corpo, que é escravo, vai;  
O coração, que é livre, fica...)”*

Batuques da Ilha de S. Tiago, de Cabo Verde (LOPES, 2008, p.11)

Para muitos estudiosos que têm se dedicado a explorar Cabo Verde, questões como o exílio, a emigração e a diáspora são elementos fundamentais e determinantes para a composição da identidade do arquipélago. Neste sentido, tomando a literatura como grande forma de expressão artística e cultural de um povo, tais temáticas são bastante recorrentes, como é o caso da obra a ser analisada.

Logo nos primeiros números da revista *Claridade*, já era possível perceber expresso o sentimento de angústia do caboverdiano que anseia por um mundo novo, impulsionado pelo desejo de uma vida melhor, atraído pelo mundo do



progresso e da civilização, como se pode observar nos versos de Manuel Lopes, no poema *Écran*, no primeiro número do periódico:

*Para além destas ondas que não param nunca,  
atrás deste horizonte sempre igual,  
no extremo destes sulcos brancos sobre o mar azul  
(cinzento nos dias de ventania)  
que às hélices deixaram, impelindo  
os cascos inquietos dos vapores  
(Sonhos rolando sobre um abismo de ironia:  
promessas de outro mundo mais lindo  
ó, meus gritos interiores!...)  
há muitos gritos diferentes,  
os olhos cheios de outra imagem do mundo,  
nervos febris picados do delírio da civilização  
que a distância do Atlântico dissolve antes de chegar [...] (e há os pormenores: o comboio - aço a morder aço-  
levando as cidades através o sossego imenso dos campos:  
o avião furando vertiginosamente o espaço  
acendendo e apagando na noite os olhos faíscantes como pirilampus  
às ambições multimilionárias  
dos reis de coisas várias  
enchendo o mundo de cartazes  
que são a beleza do século XX;  
e que os meus olhos vorazes  
angustiosos de pedinte,  
sorvem nos jornais e revistas atrasadas. [...]) (LOPES, 1936, p. 04)*

Como se vê, além do próprio título do poema, outras palavras como “comboio”, “avião” e “civilização”, aludem a um mundo onde há progresso e tecnologias. Um mundo que, na visão do eu-lírico, está distante do lugar do qual ele fala, do seu “horizonte sempre igual”. Esta oposição entre as ideias de marasmo x movimento, representam a oposição entre o mundo do progresso (América), com o qual eu-lírico sonha *versus* o mundo ainda arcaico, sem possibilidades, que é Cabo Verde.

Assim como neste texto, temáticas que envolvem a dicotomia partir/ficar e, principalmente, a situação diáspórica a qual o homem caboverdiano está condicionado, são frequentes nos escritos caboverdianos. Isto porque é um indivíduo inserido em um território que carrega ainda as mazelas coloniais e tem de suportar muitas condições adversas à sua subsistência.

Cabe aqui retomar a conceituação do termo “diáspora” elaborada pela teórica indiana Gayatri Spivak (1996). A autora afirma que a diáspora pode ser dividida entre pré-transnacional e transnacional, sendo a primeira um tipo de migração de

várias populações, de maneira forçada, como a escravidão por exemplo, enquanto a segunda

[...] consiste em um fenômeno verificado após a II Guerra Mundial, quando milhões têm se deslocado devido à falta de habitação, a péssimas condições de viver, à fome, as guerras civis, à procura de emprego, as oportunidades para estudos acadêmicos e em busca de conforto e benesses.” (BONNICI, 2012, p. 58)

Além disso, de acordo com o estudioso Thomas Bonnici (2012), a diáspora pode, em alguns casos, incluir os seguintes fatores: a memória coletiva e o mito da antiga terra e de sua história, a idealização da terra dos ancestrais, a vontade de voltar e um empenho de protegê-la. Sentimentos estes, possíveis de se identificar em *Chiquinho*, como demonstra o trecho a seguir:

Estas histórias da ilha impressionavam-me profundamente. Era a vida da minha terra que ressurgia para mim nas palavras pausadas de Mamãe-Velha. E delas desprendia-se este não se sabe o quê que a pouco e pouco ia formando a minha aula de crioulo. (LOPES, 2008, p. 38)

Nota-se que, ao relatar memórias de sua infância, Chiquinho relembra muitos personagens mais velhos, como sua avó (mamãe-velha), que contam histórias sobre a África Ancestral, sobre os mitos, mistérios e personalidades curiosas de Cabo Verde. Isto é, o modo de viver e a cultura de sua gente ainda vivem em Chiquinho, mesmo agora sendo adulto e imigrante em terra desconhecida.

De fato, falar de diáspora leva-nos ao discurso sobre cultura, tradição e sobre a identidade dos sujeitos nesta condição. Para Bonnici “a identidade do sujeito, inerentemente ligada à consciência sistêmica da tradição e da língua, se constrói quando o deslocamento se efetiva e se realiza”. (BONNICI, 2012, p. 60). Neste sentido, o deslocamento provoca a consciencialização do indivíduo sobre sua identidade. Assim acontece com Chiquinho que, ao sair de Cabo Verde, começa a descobrir sua caboverdianidade:

Andrezinho fez-me conhecer melhor a minha ilha. Cenas que eu tinha presenciado, dramas que me haviam impressionado, tudo isto adquiria agora um significado, que a interpretação do meu camarada tornava claro para mim.” (LOPES, 2008, p. 115)

A condição diáspórica pode ser tomada como componente identitário do homem caboverdiano, tomando como exemplo o protagonista Chiquinho. De acordo com José Carlos Gomes dos Anjos (2006), o drama da evasão constituiu “a grande expressão da literatura cabo-verdiana e conseqüentemente numa manifestação da “alma” desse povo. (ANJOS, 2006, p.126). No entanto, cabe aqui questionar: tal condição é parte da identidade de todo homem caboverdiano? Aqueles que saem de Cabo Verde para trabalhar nos navios baleeiros ou como operários nas grandes cidades da América passam pelo mesmo processo de construção identitária pelo qual passa Chiquinho? Ou o protagonista é parte de uma elite intelectual caboverdiana privilegiada? E mais: os motivos desse evasão são exatamente os mesmos, para todo e qualquer sujeito caboverdiano?

Pois bem, um dos principais e mais aparentes motivos para deixar Cabo Verde, enfatizado durante todo o romance, diz respeito às condições precárias de vida no arquipélago. Os longos períodos de estiagem acabam por provocar secas devastadoras, causando a morte das plantas, dos animais e, conseqüentemente das pessoas, que adoecem ou padecem devido à fome. Grande parte da temática da seca é explorada na primeira parte do romance, na qual Chiquinho relembra sua infância e na parte final, em que o protagonista parece desistir de sua terra e emigrar para a América.

No excerto abaixo, Chiquinho descreve a dolorosa realidade que vivenciava em sua terra:

Era seca, nua, devastadora como nas crises mais terríveis de que rezava a crónica da minha ilha. Desaparecidas todas as esperanças, enganadas as promessas de chuva. De todas as ribeiras a notícia que vinha era a mesma. Não se colheria um grão de milho, e dos feijoeiros nem falar, que a lestada de Novembro crestara tudo. (LOPES, 2008, p. 188)

A julgar pela análise deste e outros trechos, o penoso cenário que apresentava Cabo Verde parece ser o primeiro grande motivo de evasão. No caso das personagens do romance, a grande maioria emigrava para a América do Norte. Isso explica-se pelo trânsito dos navios baleeiros americanos na costa do arquipélago. De acordo com Raymond Almeida (s/d),

Mesmo antes do fim do comércio de escravos, a caça à baleia, o trânsito de navios e o colonialismo português eram os meios de sobrevivência de muitos caboverdianos. [...] Os navios estrangeiros nos portos caboverdianos

eram a oportunidade para jovens de famílias pobres, que viam pouca esperança para seu futuro nas ilhas. (ALMEIDA *apud* GÖIS, 2006, p 45)

Além disso, em diversos momentos do romance, revela-se de maneira explícita, o quanto os caboverdianos consideravam a América um lugar melhor e mais decente para viver, embora os emigrantes nunca conseguissem abandonar, de fato, a essência de ser caboverdiano:

O mundo trepidante que corria a sua volta não engolia as vozes pequenas que chamavam Papai para a sua casinha do Caleijão. A **fábrica** não matou a voz do **pilão** e do **moedor** rolando. E a dos amigos também. (LOPES, 2008, p. 20, grifos meus)

As palavras em destaque remetem-nos a pensar na existência de dois mundos opostos: por um lado, Cabo Verde, representado pelo pilão e o moedor, que indicam trabalho manual e, por outro lado, a América, representada pela fábrica, que nos leva a pensar no processo de industrialização e automatização do trabalho. Cabo Verde é o mundo arcaico, no qual todos os habitantes têm o mesmo destino imutável, enquanto a América representa o progresso, a inovação, lugar no qual se vislumbra possibilidades de transformar esse destino. É a vida na América que Chiquinho deseja oferecer à sua amada, Nuninha: “Só a América me permitiria fazer uma boa casa para receber Nuninha.” (LOPES, 2008, p. 266)

Em diversos momentos do romance, como no trecho a seguir, Chiquinho reflete sobre o modo de vida que levam as pessoas em sua ilha, comparando-a com a possibilidade de vida na América:

O mesmo destino, as mesmas necessidades os uniam para sempre. A casa palhaça de um só quarto, com uma mesa, um banco, a esteira para dormida dos meninos e a cama de finca-pé, era a mesma para todos. A enxada não dava para mais. Só a América permitia parir em casas caiadas e telhadas, com mobília estrangeira e quadros com oleogravuras na parede. (LOPES, 2008, p. 42)

A partir da contraposição entre as condições de vida em Cabo Verde *versus* as condições de vida na América, podemos concluir que boa parte da população realmente emigrava em busca de mais conforto e melhorias econômicas. Entretanto, essa era a realidade conhecida por caboverdianos que, assim como o pai de Chiquinho, iam para a América trabalhar como operários nas fábricas. Estes eram

chamados de “americanos de verdade”. Os caboverdianos que deixavam o arquipélago para trabalhar nos navios baleeiros não tinham a mesma sorte:

[...] não eram rodeados da admiração que cercava os americanos de verdade, que voltavam das fábricas e plantações da América com a algibeira pesada de dólares. Rapaz-de-baleia não traz dinheiro. Trabalha para os outros. Meses e meses nas pescarias do mar do sul e quando regressam à América recebem um pataco furado. (LOPES, 2008, p. 59)

Mesmo que encontrassem condições difíceis também em outros espaços, a partida figurava como a única saída. A América representava a possibilidade de modificar o destino ao qual os habitantes do arquipélago já nasciam designados. A personagem Joca, tio de Chiquinho, acreditava que poderia ter outra vida, caso tivesse abandonado Cabo Verde:

Fui obrigado a enfurnar-me aqui. Antigamente eu sentia gosto em ler, tinha a impressão de que o futuro me pertencia. Gostava de me vestir bem. Anda atrás das raparigas para namoros sem consequência. Hoje é isto: cheio de filhos e bebedor de aguardente... Antes eu tivesse ido para a América trabalhar nas fábricas de algodão, como teu pai. (LOPES, 2008, p. 55)

Ao ouvir este e outros relatos semelhantes e ver os dólares que chegavam a sua casa e que permitiam a ele e sua família garantir o sustento em épocas de seca, Chiquinho vislumbrava na América seu único refúgio.

Além do mais, para Chiquinho e muitos outros caboverdianos, além de “escapar” dos problemas que assolavam a realidade caboverdiana, a evasão consistia também em uma necessidade intelectual:

[...] tinha vontade de conhecer S. vicente. Era a ilha que eu sentia da Praia Branca, quando estive com meu tio, para além da cintura do mar. S. Vicente era para mim a terra em que a civilização do mundo passa em desfile. Estava farto de ouvir falar no Porto Grande, no se movimento, nos vapores de trânsito, nas imagens da Europa que passeiam pela cidade. Queria ver o mundo. (LOPES, 2008, p. 105)

Sabe-se que muitos intelectuais claridosos, dentre eles o próprio Baltasar Lopes, foram criticados por fazer do drama da evasão o grande mote da literatura caboverdiana. Isto porque, segundo autores como o já citado neste estudo, Onésimo Silveira, o exílio dos intelectuais de Claridade, esteve sempre baseado na busca por

sua ascensão e reconhecimento profissional, situação bem distante da grande massa da população caboverdiana que nunca nem sequer teve acesso a qualquer tipo de educação e que se via obrigada a deixar Cabo Verde apenas em busca de condições básicas de sobrevivência.

Na opinião de José Carlos Gomes dos Anjos (2006), a evasão é justamente o ponto onde a trajetória de Baltasar Lopes se separa da de Chiquinho. Segundo o autor,

O destino do intelectual e o da maioria da população se bifurcam entre a emigração e a bolsa de estudos em Lisboa. A diferença entre o destino do autor e do personagem central do romance é marca da distância social entre o intelectual e o resto da população. (ANJOS, 2006, p. 126)

O excerto acima parece comprovar a crítica disparada por Onésimo Silveira e outros, aos escritores de *Claridade*. Segundo os críticos, para os claridosos, por um lado, era dramática a situação de decadência das ilhas, de ter que emigrar para sobreviver e abandonar o prestígio que ali desfrutavam, enquanto escritores. Por outro lado, a permanência em Cabo Verde, limitado a um público restrito e pouco qualificado, reduzia e distanciava o alcance de suas ambições literárias, mantendo-os longe do “consagrante olhar de Lisboa.”

Nas palavras de Silveira (1963)

O evasão é muito menos uma interpretação do drama real do povo, acossado pela imposição migratória, que o caso individual e subjectivo do escritor avassalado pela frustração resultante do desejo irrealizado de conhecer e viver em meios mais fortemente ocidentalizados que o meio caboverdiano. (SILVEIRA, 1963, p.14)

O autor dispara ainda, que aos escritores claridosos faltou o “grau de comunhão emocional e intelectual que leva espontaneamente à identificação da consciência individual do escritor com a consciência colectiva das massas.” (SILVEIRA, 1963, p. 13). Ou seja, nesta perspectiva, faltou aos escritores desse período uma das premissas necessárias aos intelectuais, apontada por Said e apresentada no início deste estudo: a dimensão empática, a capacidade de se identificar com as dores de seu povo e tornando-se uma consciência coletiva.

Em resumo, pode-se dizer que há diferentes motivações para o evasão em Cabo Verde e que elas diferem, em grande parte, conforme o lugar social

ocupado pelos indivíduos cabo-verdianos que decidem abandonar o arquipélago. Dessa forma, seria possível afirmar que todos os caboverdianos que deixam seu local de origem são acometidos pelos mesmos sentimentos e atitudes quando passam a viver em terras estrangeiras? Ou melhor, a constituição da caboverdianidade destes sujeitos se dá exatamente da mesma maneira? Ou seria a questão do evasãoismo um traço comum e ao mesmo tempo divergente na identidade caboverdiana?

O fato é que o romance não nos fornece dados necessários para responder a tais questionamentos, porém nos permite afirmar que, de um modo ou de outro, o abandono da terra natal, o evasãoismo ou a diáspora, podem ser incorporados como elementos desencadeadores de um processo reflexivo, de uma tomada de consciência sobre a identidade do homem caboverdiano.

O que a obra nos revela, outrossim, é a vontade de retornar de todos aqueles que um dia deixaram o arquipélago, seja por um motivo ou outro. Isto se revela no romance, por meio das cartas enviadas pelos emigrantes às suas famílias em Cabo Verde. Chiquinho era o encarregado por ler às cartas recém-chegadas da América. Segundo o protagonista “Tão variadas às cartas, mas todas elas revelavam a voz do arquipélago chamando tenazmente os emigrantes para o canto do mundo de onde partiram.” (LOPES, 2008, p. 87)

Ademais, há sempre uma certa oscilação frente a necessidade de partir, trocando o pouco que se tem, para arriscar-se e, talvez, não conseguir mais nada ou mesmo, como no caso do filho de Nha Tudinha, ser “engolido” pela industrialização:

A minha voz lendo, era a máquina que matou o filho de Nha Tudinha. [...] Não valia a pena ter ido tão longe para ser morto pelas máquinas. Antes o falecido tivesse ficado em S. Nicolau. Talvez chegasse a velho, no meio da pobreza dos outros, mas a cama de finca-pé e o chão de barro batido não o matariam, como a máquina. (LOPES, 2008, p. 95)

Pode-se dizer ainda, que no romance figura o lado “positivo” do evasãoismo intelectual, pois é só a partir do abandono de sua terra de origem que a personagem toma consciência dos reais problemas vivenciados pelo arquipélago e de que era necessário agir para modificar aquela realidade.

Outro fato a se destacar e que corrobora com o discurso de alguns estudiosos que afirmam que o romance tem um caráter um tanto quanto

autobiográfico, é a semelhança das trajetórias intelectuais da personagem Chiquinho e do escritor Baltasar Lopes. Ao iniciar seus estudos do liceu na Ilha de São Vicente, Chiquinho se envolve com um projeto muito semelhante ao projeto de *Claridade*, do qual o próprio Baltasar Lopes foi um dos fundadores. No *Grémio*, do qual Chiquinho passa a participar e contribuir, estão fielmente traduzidos os ideais do movimento claridoso. Nas palavras de Chiquinho, “O programa era ambicioso e seduziu-me pelo que revelava de insatisfação e desejo de evasão das realidades circunstantes.” (LOPES, 2008, p. 113)

Revela-se também no romance, o projeto de construção da literatura nacional caboverdiana, proposto pelos claridosos. Nas palavras de Andrezinho, o colega chamado por Chiquinho de “Erudito”, era preciso escrever coisas que falassem sobre ou estivessem diretamente ligadas a Cabo Verde. Nas palavras do Erudito: “Vocês precisam abandonar motivos estranhos e dar, nos vossos poemas e contos, a nota da realidade ambiente.” (LOPES, 2008, p. 128)

Além disso, foi através do estudo minucioso e da reflexão sobre os problemas de sua ilha que Chiquinho passou a identificar o que diferenciava sua gente de outras gentes, o que lhes dava o contorno de ser caboverdiano:

Gente que não cede ao desânimo. Desejo imperioso de defesa, quaisquer que sejam os resultados do esforço. Sobre tudo isto, permanentes evasões para o sonho, para distância, para destinos desconhecidos, que o mar oferece sempre na curva azul e inconstante de suas águas. (LOPES, 2008, p. 115)

Dados como estes, certamente permitem elencar o evasãoismo ou a diáspora, como um elemento constituinte da identidade caboverdiana. A partir da leitura do evasãoismo vivenciado por Chiquinho, compreende-se o fenômeno da partida e da interação com um contexto diferente, como fundamental para a afirmação identitária de Cabo Verde.

#### 4.2 A RELAÇÃO DA INTELLECTUALIDADE COM O DESPERTAR DA CABOVERDIANIDADE

Como evidenciado no levantamento teórico sobre a formação de Cabo Verde, a obra também coloca em destaque o papel da intelectualidade na composição da



identidade caboverdiana ou da caboverdianidade. Como já mencionado, desde o início, a educação ocupou um lugar bastante relevante para os governantes e para o povo como um todo. Assim acontece na família do protagonista Chiquinho, na qual todos incentivam-no a estudar para não precisar “lombar” no cabo da enxada.

Logo no início da trama, a partir da narração de Chiquinho, é possível perceber que o próprio pai do menino, mesmo sem ter dedicado grande parte da vida aos estudos, preza pelos bons livros e pela intelectualidade, como se pode evidenciar no seguinte trecho: “[...] encontrei em nossa casa três livros que, segundo me referiram, Papai tinha em grande estima: uma gramática portuguesa de Bento José de Oliveira, um código civil e um Lunário Perpétuo.” (LOPES, 2008, p. 18). António Manuel acreditava que “ter cabeça clara, cheia de saber” era imprescindível para ser um bom governante. Também Joca, o tio de Chiquinho incentivava o menino a estudar, tomando-lhe as lições todos os dias, após a aula.

Além do incentivo da família, desde muito cedo Chiquinho desempenha a função de intelectual nos meios sociais em que circula, a começar por sua casa, onde ele é responsável pela leitura das cartas do pai, que estava a trabalhar na América. Além disso, logo Chiquinho passa a ser o responsável pela leitura de todas as cartas escritas pelos emigrantes do arquipélago, como anteriormente se evidenciou.

À medida que cresce, Chiquinho passa a conceber a intelectualidade como uma espécie de “passaporte” para terras distantes, com as quais ele apenas havia sonhado, e com novas possibilidades de vida, diferentes daquela oferecida pela aldeia do Caleijão. Segundo ele,

[...] iria abrir-se uma nova vida. No ano lectivo seguinte eu seria matriculado no curso do liceu, no Seminário. Com a boa cabeça que Deus lhe tinha dado, seria uma pena que Chiquinho ficasse a lombar na enxada. A escola esperava-me de braços abertos para me conceder a **carta de alforria**. Assim, mais tarde eu poderia falar de alto para aqueles que apenas tinham feito o 2º grau.” (LOPES, 2008, p. 67, grifos meus)

A tomar pelo trecho em destaque, muito mais do que a possibilidade de ascensão social e econômica, a intelectualidade é compreendida como algo libertador. Talvez a única chance de alcançar a liberdade, único caminho vislumbrado pelo protagonista, para modificar o destino imutável de todo indivíduo

que nascia naquele meio. Para Chiquinho, a intelectualidade abria portas para um novo mundo sem, no entanto, fechar a porta de onde havia saído:

Passei cinco anos estudando no seminário as matérias do liceu. Estava no 5º ano. Latim, História, Geografia, Ciências Naturais, tudo isto procurava iniciar-me nos segredos da vida que homens que eu não conhecia criavam fora das pontas e dos rifes da minha ilha. Fui descobrindo que o mundo não se limitava ao universo de nha Calita e a lenda misteriosa do velho Totone Menga-Menga. Mas continuava extraordinário o seu poder de atracção. (LOPES, 2008, p. 104)

No trecho acima, é possível evidenciar que mesmo sendo importante expandir seu conhecimento e explorar para além das fronteiras de seu arquipélago, isso não o torna menos atrativo ou menos importante. O romance traduz a ideia de que a intelectualidade possibilita ao protagonista conhecer mundos diferentes do seu e, mais do que isso, a partir da vivência em outro espaço, reconhecer o que é singular em seu local de origem. A diáspora, o abandono da terra em busca de crescimento intelectual possibilitam a tomada de consciência do indivíduo caboverdiano sobre o que é ser caboverdiano.

Ademais, como já foi mencionado, o exílio intelectual, que se refere a ida de Chiquinho a São Vicente, serviu como uma maneira de revelar ao protagonista sua caboverdianidade. Observando de fora o seu local de origem, Chiquinho pôde compreender melhor a realidade na qual estava inserido, além de esforçar-se por modificar tal realidade, por meio das ações promovidas pelo *Grémio*.

A intelectualidade de Chiquinho revela-se ao leitor quando ele e seus amigos de São Vicente passam a observar Cabo Verde como um caso singular e, ao mesmo tempo, conscientes de que aquele local não era um espaço isolado do resto do mundo. Segundo os relatos do protagonista, Andrezinho priorizava “artigos em que, embora do nosso caso particular, coincidíssemos com a ‘melodia do mundo” (LOPES, 2008, p. 128)

Tal dimensão intelectual está traduzida nas seguintes palavras de Said: “A tarefa do intelectual é universalizar de forma explícita os conflitos e as crises, dar maior alcance humano à dor de um determinado povo ou nação, associar essa experiência ao sofrimento de outros. (SAID, 2003, p.53)

#### 4.2.1 O PROJETO DE CABOVERDIANIDADE EM *CHIQUINHO*

Para tratar da relação entre a intelectualidade e a caboverdianidade, neste ponto, realizar-se uma análise de alguns aspectos da caboverdianidade no romance, retomando o projeto identitário delineado pelos intelectuais claridosos, visto que *Chiquinho* é uma das obras expoentes deste período. Vale lembrar que os escritos desta geração literária foram influenciados, em grande parte, pelos textos regionalistas brasileiros, da década de 30, nos quais se abordavam temáticas como a fome, a seca e os movimentos migratórios.

Já foi apontada neste estudo a hipótese discutida por muitos autores, sobre *Chiquinho* ser um romance de caráter autobiográfico, pois além do local de nascimento do protagonista - a aldeia do Caleijão - ser o mesmo do autor, Baltasar Lopes, também a trajetória de ambos é bastante parecida, principalmente quando o projeto claridoso aparece claramente estampado nas páginas do romance.

A começar pela ida de Chiquinho a S. Vicente e seu ingresso a um grupo de intelectuais preocupados com a realidade caboverdiana, assim como acontece com Baltasar Lopes e seus companheiros Manuel Lopes e Jorge Barbosa que, em 1936, decidem fundar a revista *Claridade*.

Um dos anseios dos intelectuais claridosos era resgatar as raízes culturais das ilhas. De acordo com vários estudiosos da temática, seguindo o lema “fincar raízes” na terra caboverdiana, o periódico dá destaque à “materialização das tradições culturais das várias ilhas, que conviveu com a intertextualidade com obras dos modernistas brasileiros, desenvolvendo temas para forjar uma caboverdianidade.” (ROCHA, 2010, p. 72)

Isto está bem evidente no romance, a começar pelas inferências sobre a tradição da oralidade, toda vez que Chiquinho se refere ao hábito de contar histórias e de repassar ensinamentos por meio delas. Para o protagonista, ouvir as histórias contadas pelos mais velhos trazia à tona sentimentos e atitudes que se iam perdendo com o tempo, mas que eram partilhados por toda a gente caboverdiana: “As palavras lentas do velho pareciam-me revestidas do prestígio das coisas que já passaram.” (LOPES, 2008, p. 30).

Além de Mamãe-Velha e do amigo Nho Cic’Ana, nha Rosa Calita também povoou o imaginário de Chiquinho e seus colegas com as estórias e causos, que

compunham a oralidade como marca cultural e identitária de Cabo Verde. Segundo Chiquinho, muitas vezes,

Nha Rosa buscava casos que contivessem lições de vida moral para nosso ensinamento. Os exemplos que ela botava vinham vestidos daquela lábia pitoresca com que às palavras, saídas da sua boca mocha de dentes, se animavam de vida real. (LOPES, 2008, p. 23)

Segundo o estudioso Lourenço Joaquim da Costa Rosário (1989),

Na sociedade africana, em particular a campesina, onde a tradição oral é o veículo fundamental de todos os valores, quer educacionais, quer sociais, quer político-religiosos, quer económicos, quer culturais, apercebe-se mais facilmente que às narrativas são a mais importante engrenagem na transmissão desses valores. A sua importância advém do seu carácter exemplar. Quer isto dizer que é nas narrativas que se encontram veiculadas as regras e as interdições que determinam o bom funcionamento da comunidade e previnem as transgressões. (ROSÁRIO, 1989, p. 40)

Isto quer dizer que, por meio das narrativas orais se transmite a cultura caboverdiana, suas tradições, crenças, valores e normas sociais, como componentes que vão constituindo a identidade dos filhos das ilhas. Traços estes que os acompanharão por todos os lugares em que transitarem, como acontece no exemplo de Chiquinho, que mesmo geograficamente distante do seu local de origem, carrega em seu imaginário os ensinamentos de Mamãe-Velha, Nhô Chic'Ana ou Nha Rosa Calita.

Ademais, a revista *Claridade* também aponta a valorização do idioma local, trazendo textos em crioulo, outro aspecto relevante a ser observado na obra de Baltasar Lopes. Para além do trecho que abre o romance, há várias transcrições de textos na língua nativa, como no episódio em que Chiquinho lê um poema de Eugénio Tavares à Nuninha:

*Sol brando ca ta quemã  
pele di rosto di ha crecheu  
Sol brando, el é sol di gosto  
Pa ta lumiano porta di ceu...* (LOPES, 2008, p. 151)

Também é evidenciada na revista *Claridade* a morna, um gênero de música e dança, tipicamente caboverdiano. Já no primeiro número da revista está transcrita uma morna de Francisco Xavier da Cruz, dos maiores músicos de Cabo Verde:

*Venus!...oh nhá crecheu querida,  
Pamó qui bô há-l fazem sofrê...  
Venus! oh astro di nhâ pensamento,  
Pamó qui bô há-l dixám morré... (CRUZ, 1936, p. 02)*

Às mornas são retomadas abundantemente no romance de Baltasar Lopes, principalmente, por meio da voz de Nonó, companheiro de *Grémio* de Chiquinho:

*Amor é suma passadinha azul  
sentado na rama de jamboêro...  
Olhá-l, dixá-l, cantá, dirá-l boâ...  
Si bô pegá-l êl tâ chorâ,  
Si bô dixá-l êl tâ cantá  
e di note êl tâ ninábo bô sono... (LOPES, 2008, p. 119)*

Segundo a autora Margarida Brito (1998), em seu artigo *Breves Apontamentos sobre as Formas Musicais existentes em Cabo Verde*:

a **Morna** é a forma musical cultivada em todas as ilhas de Cabo Verde. De andamento lento, em compasso quaternário simples, esta música, que é a que mais caracteriza o caboverdeano." (BRITO, 2001, p.02, grifos da autora)

A evidenciação das mornas no romance do claridoso representam a retomada das origens caboverdianas, de um aspecto cultural que é próprio daquele local.

Outro aspecto do projeto claridoso que se evidencia no romance é que, apesar do anseio de resgatar as raízes caboverdianas, os autores desse período esforçavam-se por se distanciar ou mesmo negar as raízes africanas e tentar aproximar-se em aspectos culturais, dos antigos colonizadores portugueses.

Na tentativa de aproximação com os europeus, muitos caboverdianos tinham nomes tipicamente portugueses, a começar pelo nome do pai de Chiquinho, "António Manuel". Também a personagem Nha Calita, carregava uma referência ao mundo português: "velha pretona a quem os rapazes trocistas chamavam Camões, por lhe faltar um olho." (LOPES, 2008, p. 22). Também tio Joca, tenta corrigir a pronúncia de Chiquinho, ao dizer seu nome pronunciando o acento português: "Frâncisco! Assim é que o cónego Coimbra pronunciava." (LOPES, 2008, p. 48)

No que se refere às raízes africanas, mesmo que de modo sutil, parece haver um esforço para negar qualquer herança ancestral daquele povo. Como no episódio em que Chiquinho descreve uma briga entre um casal de vizinhos de sua aldeia e,

ao ser insultada pelo marido a mulher exclama: “Eu não tenho raça de negro!” (LOPES, 2008 p. 31), como se a aproximação com o negro fosse algo insultante e indigno de ser. Além disso, a escravidão, tão recorrente na época, parece ser amenizada pelo narrador: “Mas, de uma maneira geral, os escravos eram bem tratados, quase como família. Tinham as suas festas, e era um gosto de vê-los nas danças.” (LOPES, 2008, p. 35)

Outro fato bastante perceptível é que as personagens africanas estão apenas nas memórias do passado, na infância da personagem, como na figura de Mamãe-Velha que, de acordo com Chiquinho “gostava de entoar na sua voz tremida uma dessas músicas de outros tempos, muito arrastada, que os negros cantavam com palavras que ninguém da ilha entendia.” (LOPES, 2008, p. 36) A África é uma chamada ancestral, ligada à infância do mundo, como também à infância do protagonista.

Além disso, outro ponto a se observar, é o afastamento da herança negra também na descrição dos traços físicos do protagonista. Embora a maioria da população fosse negra na época, como evidenciado no início deste estudo, tanto o avô de Chiquinho, quanto o menino são descritos como personagens de pele cor mate, olhos claros e cabelos lisos de indiano.

Por fim, há ainda outra questão bastante explorada desde antes do advento de *Claridade*, mas que se intensifica com a publicação do periódico: as temáticas da seca e da fome, tornam-se uma espécie de marca literária dos textos da época e, conseqüentemente, um traço constituinte da caboverdianidade.

Antes mesmo da publicação de *Claridade*, os escritores caboverdianos já tematizavam o drama da estiagem e da fome em seus textos, como é o caso dos versos de Jorge Barbosa:

— Ai o drama da chuva,  
ai o desalento,  
o tormento  
da estiagem!  
— Ai a voragem  
da fome  
levando vidas!  
(... a tristeza das sementeiras perdidas...)  
Ai o drama da chuva! (BARBOSA apud FERREIRA, 1977, p. 37)

Segundo Manuel Ferreira, após o advento de Claridade, “pode mesmo dizer-se que a fome é a grande personagem da narrativa cabo-verdiana” (FERREIRA 1977, p. 61). No caso de *Chiquinho*, as alusões às dificuldades de se viver no arquipélago devido à escassez das chuvas e as frequentes mortes em decorrência da fome estão presentes ao longo de toda a narrativa, desde a infância do protagonista até sua vida adulta, quando retorna à sua aldeia de origem, no Caleijão.

Devido aos grandes períodos de estiagem e as frequentes pragas que atacam as hortas e plantações, os habitantes das ilhas tem de enfrentar a escassez econômica e a fome. Para muitos caboverdianos, especialmente os mais velhos, a situação penosa em que viviam era, nas palavras de Nho C’Ana, “destino que a gente traz da barriga da mãe.” (LOPES, 2008, p. 32)

Além disso, pela perspectiva de Chiquinho a escravidão é utilizada como uma metáfora para o modo de vida ao qual o caboverdiano estava condicionado:

Era assim, assistindo-se mutuamente, no sistema de mão-trocada, que de geração em geração iam aguentando o cativo, levando sempre açoites de Nhanha Terra, dona de uma grande escravatura. Todos nós éramos escravos. Para ser escravo, bastava prantar a enxada no chão e partir em viagem para a época das as-águas com uma grande fé em Deus. (LOPES, 2008, p. 93)

Embora tenha se afastado do Caleijão, indo estudar em S. Vicente para expandir sua intelectualidade e embora tenha se dedicado a tentar modificar a realidade no seu entorno, Chiquinho viu o *Grémio* ao qual tinha se juntado se transformar num utópico projeto, por falta de engajamento dos demais jovens do liceu e de outros que acreditassem na mudança. Frustrado, o protagonista retorna ao seu local de origem e o cenário com o qual se depara é desalentador.

A seca e a fome são as mãos tiranas do destino que “açoitam”, prendem e tiram a vida dos amigos de Chiquinho:

Uma angústia profunda tomava conta de mim, Nhô Chic’Ana morreu de fome. Senti vontade de gritar, para que todos ouvissem. Nhô Chic’Ana morreu de fome. à direita, à esquerda, a vista era a mesa. Às mesmas hortas, nuas no seu chão de barro e comidas pelos gafanhotos. (LOPES, 2008, p.256)

Após o episódio da perda do velho amigo Nhô Chic'Ana, Chiquinho perde também seu posto de professor, pois sua escola no Morro do Braz também acaba morrendo de inanição. Alguns alunos padeceram pela fome, outros partiram para não vivenciar o mesmo fim. Logo, o protagonista sofre outra perda:

Foi muito triste o enterro de Parafuso. A ventania varria tudo furiosamente. Nuvens de pó se levantavam na Chã do cemitério e na Galé. O dia enublado, cor de chumbo, destilava uma tristeza lenta para o coração da gente (...) O vento trazia terra vermelha para nossas cabeças. O poente era cor de chumbo. Mal se adivinhava o sol, detrás das nuvens espessas. (LOPES, 2008, pp. 180).

Tudo isto gera em Chiquinho um enorme sentimento de frustração e mais, uma crescente revolta, pois o mesmo enredo se repete, como um ciclo ao qual todos estariam presos. Tais sentimentos fazem retornar o desejo de partir. Chiquinho passa a deslumbrar sua vida na América, segundo ele, único lugar que o “permitiria fazer uma boa casa para receber Nuninha.” (LOPES, 2008, p. 266)

Segundo ele, se continuasse ali, no Caleijão, teria de se conformar com o estado imutável das coisas, sem nunca ter acesso às boas coisas que o mundo tinha para oferecer, pois,

Escravo não merece mais que a cama de cancarã, uma caixa de goiabeira, louça da Boa Vista e um pote ao canto da casa. Eu não concebia Nuninha morando assim. Chiquinho gastando a vida à espera de um lugar de professor de posto durante alguns meses, em paga de uma coisa de nada, e o resto do ano pasmando para às rochas e a perguntar ao céu quando choveria. (LOPES, 2008, p. 266)

Tal reflexão tem seu desfecho na tomada de decisão da personagem: seguiria o caminho do avô e do pai, embarcaria para a América.

A julgar pelos trechos da obra analisados, é nítido que o espaço geográfico e as condições de seca e fome acabam por modular as personalidades das personagens e mesmo influenciar suas atitudes. Isto foi muito bem representado na literatura pelos escritores claridosos que, visualizando as semelhanças entre o nordeste brasileiro e a realidade das ilhas, inspiraram-se nos romances regionalistas brasileiros da década de 30 para dar nova roupagem à literatura das ilhas.



A relação não é simplesmente da personagem com o ambiente, mas primeiramente do ambiente com a personagem, que assim determinará sua personalidade, seus sonhos, vontades. Isto é, a seca e fome são condições permanentes do cenário caboverdiano, ao passo que são também elementos que influenciam o modo de ser, de pensar e de constituir a identidade nacional, a caboverdianidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dos pontos analisados e das considerações feitas, pode-se dizer que se evidenciam no romance *Chiquinho*, do escritor caboverdiano Baltasar Lopes, vários elementos que podem ser elencados como constituintes da caboverdianidade, como aqui se chamou, especificamente, a identidade caboverdiana e, além disso, o quanto a participação e os movimentos intelectuais foram determinantes para a consolidação de tal identidade.

Foi possível evidenciar que, desde o princípio da formação do Estado-Nação em Cabo Verde, a educação sempre ocupou um lugar de destaque, tanto para a administração colonial, quanto para a população. Assim, criou-se o Seminário-Liceu, na Ilha de São Vicente, tornando-se um dos polos educativos mais importantes da época.

A partir daí, os intelectuais tornam-se mediadores entre a população e o poder colonial, reivindicando mais atenção dos chefes de estado para os problemas do arquipélago e mais espaço e a participação do povo na ocupação de cargos administrativos e tomadas de decisão. Assim, inicia-se um movimento de tomada de consciência, no qual os caboverdianos correspondem à necessidade de consolidar uma identidade nacional.

De acordo com a estudiosa Lorena Lourenço de Lima Reis (2011), assim como na América, também na África a experiência da descolonização, do desenraizamento do colonialismo levou os intelectuais a retomar e valorizar as raízes locais.

Tal movimento ocorre, de modo mais evidente em Cabo Verde, por meio da literatura. Para a grande maioria dos estudiosos sobre o tema, o ápice da consolidação da caboverdianidade teria sido o aparecimento da revista *Claridade*,

em 1936, fruto de uma associação de escritores, dentre eles o autor do romance em análise. A publicação do periódico, seguindo o lema “fincar raízes” no território caboverdiano, pretendia resgatar as manifestações culturais, os problemas e valores particulares do arquipélago.

Isto está evidenciado no romance, pois ao acompanharmos a trajetória do protagonista Chiquinho, o romance mais expoente do período claridoso, é possível identificar marcas e componentes que acabam por dar contornos à identidade das ilhas. A começar pelo evasãoismo caboverdiano que parece ser motivado por diversas causas, dentre elas a dura realidade das estiagens, fome e mortes, que obrigam os habitantes a partir na busca por melhores condições de sobrevivência e a necessidade intelectual, a que mais se sobressai, a partir da perspectiva do protagonista.

Pelo viés de Chiquinho, a emigração figura-nos como uma espécie de exílio intelectual necessário ao desenvolvimento pleno do indivíduo, como algo indispensável para desencadear uma maior consciência de sua realidade e de si. Para a estudiosa Trinh Minh-Há, o movimento entre fronteiras desencadeia um novo tipo de consciência:

No momento em que a pessoa que está por dentro de uma sociedade afasta-se dela, ela não é apenas alguém de dentro (e vice-versa). A pessoa necessariamente passa a olhar para dentro a partir de fora, ao mesmo tempo em que também olha para fora a partir de dentro. Como o estrangeiro, ela se afasta e registra o que nunca lhe pareceu importante ou necessário registrar quando se portava como alguém de dentro da sociedade. (TRINH MINH-HÁ apud REIS, 2011, p. 72)

A essa posição que permite o indivíduo realizar uma análise de dentro e de fora Abdul JanMohamed chama de intelectual fronteiriço. Por vezes esse intelectual, devido a sua condição de entre-lugar, sente-se um estrangeiro ao retornar para seu local de origem.

Isto fica perceptível na narrativa, no momento em que Chiquinho se desloca para S. Vicente, para estudar no famoso liceu, fundado sob as bases da educação europeia. Após ingressar no *Grémio*, que apresenta um projeto bastante semelhante com o dos intelectuais claridosos, Chiquinho passa a observar Cabo Verde e sua própria ilha de origem, com um novo olhar. Para Reis (2011)

[...] quando os artistas e intelectuais africanos tomam consciência de si mesmos e de sua diferença das antigas metrópoles, são espíritos modernos e culturalmente híbridos que descobrem a realidade africana e procuram criar uma nova territorialidade. (REIS, 2011, p. 80)

Após as frustradas tentativas do Grémio, Chiquinho decide retornar e se depara ainda com a mesma dura realidade que havia abandonado. Chiquinho sente-se agora um estranho: “Tudo me repele. Tudo me quer dar a impressão de eu não ser deste meio.” (LOPES, 2008, p. 200)

Mesmo com a partida para a América e o aparente abandono do seu lugar de origem, é possível afirmar que a evasão é necessária, como um movimento de libertação e de tomada de consciência e que a caboverdianidade sempre acompanhará o indivíduo caboverdiano. Tal fato fica muito evidente no diálogo entre Chiquinho e Euclides Varanda, um velho sábio ao qual todos taxam de louco, mas que de certa forma, o protagonista admira:

As ilhas eram a nossa base para partirmos.

- Para onde, velho?

- Para Cabo Verde...

- Estamos em Cabo Verde...

- Não estamos tal... As ilhas vivem é na alma de cada um de nós... (LOPES, 2008, p. 212)

É importante retomar nestas considerações finais, também a crítica feita pelo teórico Onésimo Silveira ao grupo de *Claridade*. Segundo o autor, o seminário do Liceu de S. Nicolau infundiu uma cultura europeizante nos caboverdianos que lá estudaram, grande parte da geração claridosa, diga-se de passagem. Para ele, o projeto claridoso apenas criou uma literatura de exportação,

[...] profundamente ferida de inautenticidade, não traduz nem produziu uma mentalidade consciencializada e daí se ter tornado, como não é difícil verificar, em título de prestígio da elite que a vem encabeçando e não em força ao serviço de Cabo Verde e suas gentes. (SILVEIRA, 1963, p.10)

Ainda, segundo Silveira, os intelectuais assim embuídos de uma erudição que não levava em conta as realidades do arquipélago, foram se distanciando das massas de que inicialmente faziam parte e eram porta-vozes.

A construção do romance por si, não deixa transparecer a legitimidade de tais críticas. O que de fato nos parece é que, mesmo devido às mais variadas causas, o evasãoismo ou diáspora acaba por modular a identidade dos habitantes do arquipélago, modificando o modo como veem Cabo Verde em relação a outros territórios e o modo como veem a si mesmos.

Além do mais, fica-nos evidente a relação da intelectualidade em todo o processo de consolidação da caboverdianidade. Como foi possível observar, a narrativa de Baltasar Lopes é construída aos moldes de *Claridade*. É a tentativa dos intelectuais literários de Cabo Verde em produzir sua própria literatura, evidenciando seus próprios valores e cultura, como é o caso da morna e do dialeto crioulo tão explorados em *Chiquinho*.

Mesmo a influência ocidental tendo atingido a maior parte dos intelectuais expostos à educação europeia da época, a verdade é que as tradições, as manifestações religiosas e artísticas africanas continuaram a prevalecer na vida cotidiana, orientando as relações familiares e sociais de todo o povo africano.

Além das mornas e dos textos em crioulo, também outro traço cultural teve lugar de destaque no romance: a oralidade caboverdiana. Desde sua infância no Caleijão e mesmo na vida adulta, quando decide partir para a América, as histórias e o imaginário de sua ilha, iriam acompanhá-lo:

la retomar o caminho de vovô. Eu era novamente Chiquinho, o Chiquinho de Mamãe-Velha e de Nha Rosa Calita. Companheiro de Tói Mulato nas viagens desvairadas que a lua e as estrelas nos convidavam para esses mundos além. E vovô era meu camarada, por entre as traições da superfície da água, na conquista do amor. Ele foi com a moça-do-mar, mas eu tinha uma crioula que me oferecia um amor mais quente do que o de Sirena. (LOPES, 2008, p. 267)

Outro aspecto ao qual o escritor caboverdiano dá ênfase durante toda a narrativa, são as duras condições vivenciadas em Cabo Verde. As frequentes estiagens, a fome e as mortes por ela causadas, são companhias frequentes do povo caboverdiano e que, aos poucos, vão moldando o modo de ser daquela gente. Nas palavras do *Erudito*, colega de Chiquinho no *Grémio*: “Aquilo é gente que tem o sentimento da duração. Gente sólida, equilibrada... Heróis da vidinha miúda de todos os dias...” (LOPES, 2008, p. 115)

A julgar pelas palavras de Andrezinho, ao vencer as dificuldades diárias, e continuar vivendo na esperança, semeando, olhando para o céu aguardando a vinda das “as águas”, os habitantes das ilhas são os verdadeiros heróis e símbolos de Cabo Verde. Não seria necessário reinventar ou reformular nada, a verdadeira essência estava ali, na maneira como aquele povo confrontava sua realidade.

Por fim, por meio da análise do texto literário, alinhado às abordagens teóricas iniciais, é possível afirmar a constante e ativa participação dos intelectuais, principalmente os escritores, na tentativa de consolidação da caboverdianidade. Como se pôde verificar, Baltasar Lopes deu vida ao projeto claridoso, por meio de sua narrativa, evidenciando diversos componentes que dão contorno à identidade dos habitantes do arquipélago. No entanto, a análise também induziu a alguns questionamentos: Seria de fato legítima a caboverdianidade construída pelos intelectuais claridosos? Até que ponto pode-se afirmar a ideia de uma identidade nacional, dado o caráter heterogêneo das nações contemporâneas, e no caso caboverdiano, uma nação que tem na condição diaspórica o seu principal componente unificador?

De fato, tais questões exigiriam ainda uma abordagem mais minuciosa sobre o movimento claridoso e suas obras. No entanto, pode-se afirmar que, muito além do que se fazia no período literário anterior, os intelectuais de *Claridade* retomaram diversos componentes do cotidiano das ilhas, que compõem o modo de ser e a identidade dos habitantes das ilhas. Além disso, é preciso considerar que, na conjuntura da sociedade atual, onde não há mais fronteiras tão delimitadas, não há como conceber identidades imutáveis, que não se alterem e se ressignifiquem, ao passo das mudanças sempre emergentes. Assim também a caboverdianidade não pode ser tomada como absoluta e homogênea, mas como uma identidade híbrida e em constante reformulação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, José Carlos G. dos. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde: lutas de definição da identidade nacional*. Porto Alegre: UFRGRS, 2006.

BARBOSA, Carlos E. M. *Trânsitos no Atlântico: Experiências Migratórias no Arquipélago de Cabo Verde*. 2014. 124f. Tese (Doutorado em Pós-Colonialismos e Cidadania Global). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014. Disponível em <<https://www.ces.uc.pt/en/doutoramentos/teses/transitos-no-atlantico>>. Acesso em 19 de jane. 2019.

BARROS, Victor. Imaginar Cabo Verde a partir da imagem do Brasil. *Revista Estudos Políticos*, n.0, 2010/01. Disponível em <<http://revistaestudospoliticos.com/imaginar-cabo-verde-a-partir-da-imagem-do-brasil-por-barros/>>. Acesso em: 02 de jan. 2018.

BOBBIO, Norberto. *Intelectuais e poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: UNESP, 1997.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: EDUEM, 2012.

BUCKHARDT, Jacob. *A cultura do Renascimento na Itália: um ensaio*. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 9ªed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARVALHO, João Paulo; MADEIRA, Branco. *Nação e Identidade: a singularidade de Cabo Verde*. 2015. 241f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em <<https://www.repository.utl.pt/>>. Acesso em 29 de dez. 2017.

COMPAGNON, Antonie. *Literatura para quê?*. Trad. Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual engajado: uma figura em extinção?. Disponível em <[www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual\\_engajado.pdf](http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/intelectual_engajado.pdf)>. Acesso em: 27 de dez. 2017.

Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001.

FERNANDES, Antero da C. M. Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação. 2007. 138fl. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos). Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Porto: 2007. Disponível em <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13063/2/tesemestguinebissau000069335.pdf>>. Acesso em: 13 de fev. 2019.

FERREIRA, Manuel. *Literaturas africanas de expressão portuguesa I*. Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

GÖIS, Pedro. *Emigração cabo-verdiana para (e na) Europa e a sua inserção em mercados de trabalho locais: Lisboa, Milão, Roterdão*. 2006. 375fl. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Lisboa: Textype, 2006. Disponível em <[https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/5\\_PG.pdf/2fc2a5b7-4010-4f00-9e2f-c53ab8173742](https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/179891/5_PG.pdf/2fc2a5b7-4010-4f00-9e2f-c53ab8173742)>. Acesso em: 22 de jan. 2019.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_ *Literatura y vida nacional*. 3ª ed. Mexico, D. F.: Juan Pablos Editor S.A, 1998.

HERNANDEZ, Leila L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. 2ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

LOPES, Baltasar. *Chiquinho*. Lisboa: Casa das Áfricas, 2008.

MADEIRA, João Paulo. O processo de construção da identidade e do estado-nação em Cabo Verde. *Revista Científica Vozes dos Vales*, UFVJM – MG – Brasil – Nº 06 – Ano III – 10/2014. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/>. Acesso em: 03 de jan. 2018.

MARCOS, Eidson M. da S.; BEZERRA, Rozilda A. *Conexões Brasil/Cabo Verde: literaturas, culturas e identidades em diálogo*. Anais do SILIAFRO. Vol. 01, n.01, EDUFU, 2012. Disponível em <[http://www.ileel.ufu.br/anaisdosiliafro/wp-content/uploads/2014/03/artigo\\_SILIAFRO\\_15.pdf](http://www.ileel.ufu.br/anaisdosiliafro/wp-content/uploads/2014/03/artigo_SILIAFRO_15.pdf)>. Acesso em: 29 de set. 2018.

MAXWELL, Kenneth. *O Império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MENDES, Maria do Carmo Cardoso. Exílio e diáspora em Cabo Verde. *Rev. Diacrítica*, Braga , v. 29, n. 2, p. 167-184, 2015 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0807-89672015000200011&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672015000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 de fev. 2019.

NETO, Sérgio. *Colónia Mártir/Colónia Modelo – Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

PEREIRA, Daniel A. Aventura e Rotina e Baltasar Lopes ou a adiada identificação africana de Cabo Verde. *Revista Via Atlântica*, São Paulo, n.22, 27-42, dez/2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/51679/55745>>. Acesso em: 06 de set. 2018

REIS, Eliana Lourenço de L. Pós-colonialismo, identidade e mestiçagem cultural: a literatura de Wole Soyinka. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

ROCHA, Elisângela. Entre tradições crioulas e modernidade: a construção da identidade caboverdiana na revista Claridade. *Revista Cadernos Cespuc*, Belo Horizonte, n.19, 71-80, 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/7832>>. Acesso em: 18 de fev. 2019.



ROSÁRIO, Lourenço Joaquim da Costa. *A Narrativa Africana de expressão oral*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as conferências de Reith de 1993*. Trad.: Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?*. Trad. Carlos Felipe Moisés 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

\_\_\_\_\_. *Em defesa dos intelectuais*. Trad. Sergio Goes de Paula. 1ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

SILVA, Maurício. Identidade cultural e consciência nacionalista nas literaturas africanas lusófonas: uma introdução. *Revista IPOTESI*, Juiz de Fora, v.14, n.2, p.39-43, jul/dez. 2010. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaipotese/files/2011/04/03-Identidade-cultural-e-consci%C3%Aancia-nacionalista-nas-literaturas-africanas-lus%C3%B3fonas.pdf>>. Acesso em 27 de dez. 2017.

SILVA, W. S. da. A literatura como ponto que une as duas margens do atlântico: Brasil e Cabo Verde. *Revista Milba*, n. 1, v.1, out.2015/mar.2016. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Disponível em <http://journals.ufrpe.br/index.php/milba>. Acesso em: 22 de dez. 2017.

SILVEIRA, Onésimo. *Consciencialização na literatura cabo-verdiana*. 1ª ed. Lisboa: Casa dos Estudantes do Império, 1963.

VENÂNCIO, José C. *Literatura e poder na África Lusófona*. 1ª ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992.